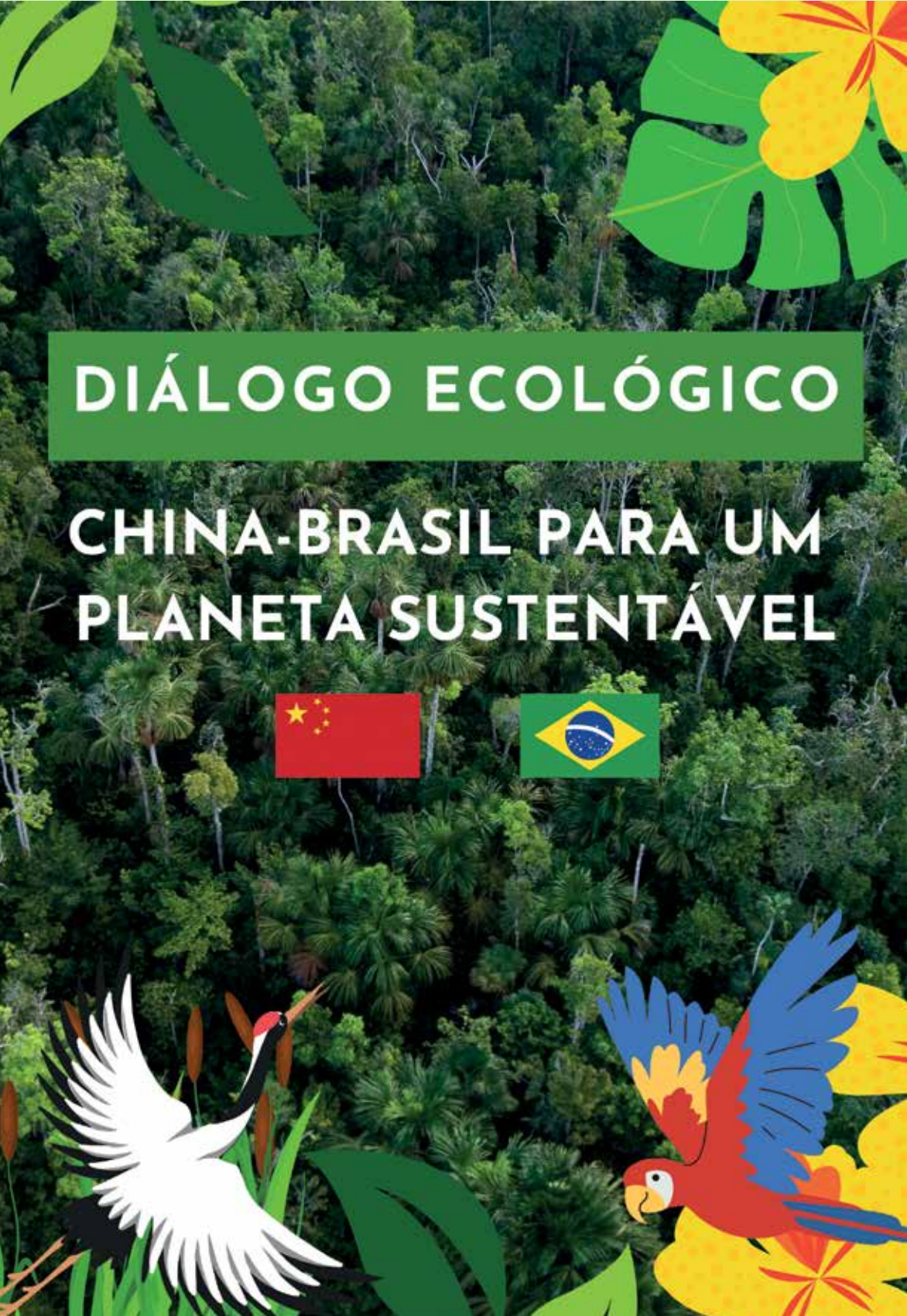




DIÁLOGO ECOLÓGICO

**CHINA-BRASIL PARA UM
PLANETA SUSTENTÁVEL**



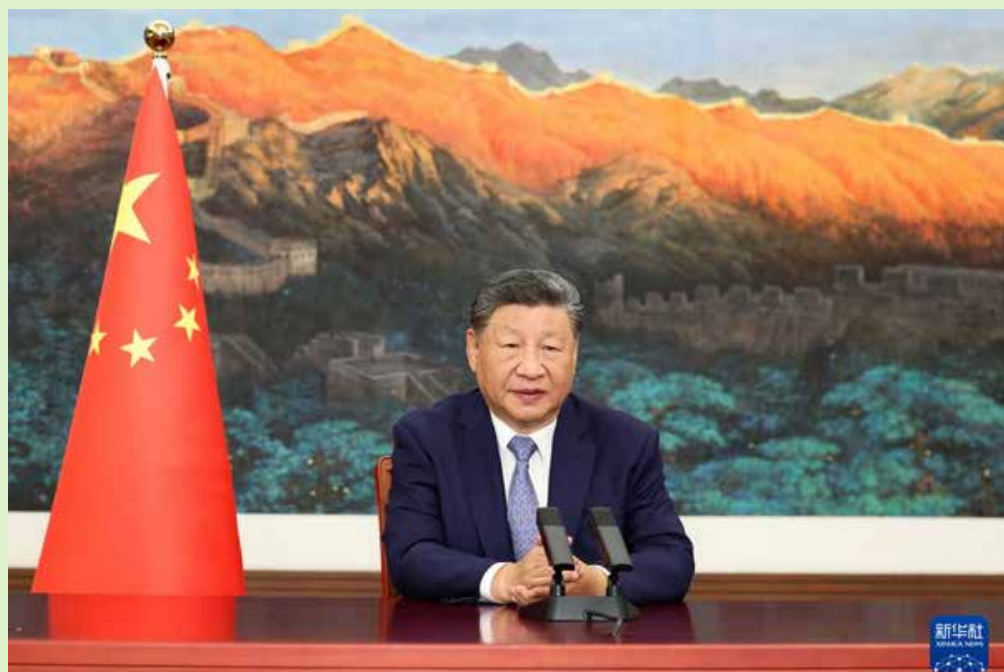
Sumário

Nota editorial	5
Honrar Compromissos com Ações Concretas e Escrever Juntos um Novo Capítulo na Governança Climática Global	7
<i>Xi Jinping</i>	
Decifrar os códigos da governança da China	9
<i>Yu Peng</i>	
Concept Paper on the Global Governance Initiative.....	15
<i>Government of the People's Republic of China</i>	
Amazônia, financiamento verde e cooperação sino-brasileira: perspectivas para a COP-30	21
<i>Felipe Silva Alves e Marcos Cordeiro Pires</i>	
Da civilização ecológica à governança global: a integração entre o plano de cinco esferas e a Estratégia de Quatro Frentes no governo de Xi Jinping....	27
<i>Evandro Menezes de Carvalho</i>	
Civilização Ecológica: um novo horizonte da governança global	33
<i>Marcus Vinicius de Freitas</i>	
Quem quer a paz mundial de verdade? Desafios para uma multipolaridade na amazônia e o papel de uma cooperação socioambiental efetiva Brasil-China	37
<i>Francisco Foot Hardman</i>	
Construindo um futuro sustentável pelo diálogo ecológico sino-brasileiro	43
<i>Melissa Cambuhy, Camila Modanez, Luan Schiar e Lucas Souza</i>	
O olhar sobre a China a partir do Brasil de Fato	51
<i>Nina Fideles</i>	
Campesinato e agroecologia como novas bases na cooperação sino-brasileira	59
<i>Luiz Zarref e Paula Veliz</i>	
Fazendo o Lago Erhai florescer novamente: Uma história da transformação ecológica da China	67
<i>Tings Chak</i>	

Nota editorial

No mês de novembro líderes de diversos países se reunirão na cidade de Belém, Pará, para a COP-30, um dos mais importantes e esperados encontros no qual haverá debates e resoluções das nações sobre a principal questão que aflige a humanidade hoje: a crise ambiental. O consulado geral da China em São Paulo juntamente com o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e o Instituto BRICS+ organizaram esta publicação como uma contribuição para o debate em torno da questão ambiental a partir da perspectiva de diálogo entre Brasil e China, duas importantes nações do Sul Global. Os textos aqui reunidos têm o objetivo de destacar e publicizar as iniciativas de ambos os países tanto por parte dos governos quanto por parte das organizações populares no sentido de concretizar mudanças da relação entre ser humano e natureza, questionando a lógica destrutiva imposta pelo modo de produção capitalista em sua busca incessante por lucro. O conceito de Civilização Ecológica, tal como tem sido implementada na China é algo que inspira os textos aqui presentes e segue de horizonte para a construção do Diálogo Brasil-China para a construção de um planeta sustentável.

Boa Leitura



Presidente Xi Jinping Na Cúpula do Clima das Nações Unidas

Fonte: Xinhua News

Honrar Compromissos com Ações Concretas e Escrever Juntos um Novo Capítulo na Governança Climática Global

Discurso de S.E. Xi Jinping¹ na
Cúpula do Clima das Nações Unidas

24 de setembro de 2025

Sua Excelência Secretário-Geral António Guterres,
Sua Excelência Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,
Colegas,

O ano corrente marca o 10º aniversário dos Acordos de Paris, um ano crucial para os países submeterem suas novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês). A governança climática global está entrando em um estágio chave. Gostaria de compartilhar três pontos.

Primeiro, devemos reforçar confiança. A transição verde e de baixo carbono é a tendência do nosso tempo. Mesmo que algum país esteja agindo contra ela, a comunidade internacional deve focar na direção correta, permanecer inabalável em confiança, incessante em ações e implacável em intensidade, e promover formulação e cumprimento das NDCs, com vistas a disponibilizar mais energia positiva para a cooperação da governança climática global.

Segundo, devemos cumprir responsabilidades. No processo da transição verde global, justiça e equidade devem ser defendidas e o direito ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento deve ser plenamente respeitado. A transição deve servir para reduzir, em vez de alargar, o fosso entre o Norte e o Sul. Os países precisam honrar o princípio de

¹ Presidente da República Popular da China.

responsabilidades comuns, porém diferenciadas, enquanto os países desenvolvidos devem assumir a dianteira em cumprir suas obrigações de reduzir emissões e oferecer mais apoio financeiro e tecnológico para os países em desenvolvimento.

Terceiro, devemos aprofundar cooperação. O mundo enfrenta agora uma grande demanda por desenvolvimento verde. É importante que os países reforcem a coordenação internacional em tecnologias e indústrias verdes para tratar o *déficit* na capacidade produtiva verde e garantir livre fluxo dos produtos verdes de qualidade em todo o mundo. Assim, os benefícios do desenvolvimento verde podem chegar a todos os lugares do mundo.

Colegas,

Gostaria de aproveitar a oportunidade para anunciar as novas NDCs da China: a China vai, até 2035, reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa, em toda a economia, entre 7% a 10% abaixo dos níveis máximos, esforçando-se para empenho melhor; aumentar a participação de combustíveis não-fósseis no consumo total de energia para mais de 30%; aumentar em seis vezes a capacidade instalada de energia eólica e solar em relação aos níveis de 2020, esforçando-se para que sua totalidade atinja 3,6 bilhões de quilowatts; aumentar o volume total de estoque florestal para acima de 24 bilhões de metros cúbicos; tornar os veículos de nova energia o principal das vendas de veículos novos; expandir o Mercado Nacional de Comércio de Emissões de Carbono para os principais setores de alta emissão; e estabelecer, basicamente, uma sociedade adaptável ao clima.

Estas metas representam os melhores esforços da China com base nos requisitos dos Acordos de Paris. O cumprimento das metas requer esforços árduos por parte da própria China e um ambiente internacional favorável e aberto. Temos a determinação e a confiança para cumprir os nossos compromissos.

Colegas,

Grandes visões requerem ações concretas. Responder às mudanças climáticas é uma tarefa urgente e de longo prazo. Vamos todos reforçar as nossas ações para realizar a bela visão de harmonia entre o ser humano e a natureza, e para preservar o planeta Terra – o lugar que chamamos de lar.

Obrigado.

Decifrar os códigos da governança da China

Yu Peng¹

De 20 a 23 de outubro, o Partido Comunista da China (PCCh) realizou, em Beijing, a 4ª Sessão Plenária do seu 20º Comitê Central. A reunião revisou as conquistas alcançadas durante o período do 14º Plano Quinquenal, estudou e formulou as recomendações para o 15º Plano Quinquenal, e traçou um desenho de alto nível e o planejamento estratégico para o desenvolvimento nos próximos cinco anos, atraindo grande atenção mundial.

Olhando para a história, ao longo de mais de 70 anos, sob a firme liderança do PCCh, a China explorou um caminho de modernização ao estilo chinês, distinto do Ocidente, e alcançou dois milagres: o rápido desenvolvimento econômico e a estabilidade social de longo prazo. Partindo de um estado de pobreza e desolação na época da sua fundação, o país se consolidou como a segunda maior economia do mundo, contribuindo com cerca de 30% para o crescimento econômico global por muitos anos consecutivos. A China erradicou completamente a pobreza absoluta e construiu os maiores sistemas de educação, previdência social e saúde do mundo. A segurança social e a felicidade do povo são notáveis, e a satisfação popular com o governo tem se mantido acima de 90% por anos consecutivos. Em um cenário de desaceleração econômica global, a China adere ao desenvolvimento de alta qualidade, e sua economia demonstra forte resiliência, com o PIB crescendo 5,2% nos três primeiros trimestres, injetando uma preciosa estabilidade em um mundo repleto de incertezas. Diante de um ambiente internacional marcado por turbulências e transformações, como a China consegue manter a

¹ Consul Geral da China em São Paulo.

estabilidade e o desenvolvimento? Quais códigos estão ocultos por trás de sua governança? A meu ver, a resposta reside nos quatro aspectos seguintes:

I. O núcleo da governança da China é a governança do Partido. A liderança do PCCh é a característica mais distinta e a vantagem mais proeminente da modernização ao estilo chinês. Como um partido centenário com mais de 100 milhões de membros, o PCCh sempre formula estratégias de desenvolvimento nacional a partir de uma perspectiva de longo prazo e de visão global, mantendo a estabilidade e a continuidade das políticas. Isso evita eficazmente as ações de curto prazo e as oscilações políticas comuns nas democracias representativas. Para manter uma liderança e capacidade de execução fortes, íntegras e eficientes, e para implementar verdadeiramente os grandes planos, o PCCh ousa “voltar a lâmina para dentro”, promovendo uma autorrevolução com determinação sem precedentes. Desde o 18º Congresso Nacional do PCCh, começando com a formulação e implementação das “Oito Regras Centrais” (sobre a melhoria do estilo de trabalho), até o combate à corrupção com tolerância zero, o PCCh conseguiu solucionar o desafio universal da autossupervisão, mantendo seu caráter avançado e sua pureza. Isso não apenas fornece uma forte garantia de liderança para o desenvolvimento da China, mas também conquista o amplo apoio do povo chinês.

II. O alicerce da governança da China é a governança do sistema. Um antigo ditado chinês afirma: “Ao estabelecer um país, o sistema é de observação indispensável”. As colossais conquistas de desenvolvimento da China derivam da exploração, pelo povo chinês, de um caminho de socialismo com características chinesas que se ajusta às suas próprias condições nacionais. Com o sistema de assembleias populares como sistema político fundamental, e os sistemas de cooperação multipartidária e consulta política sob a liderança do PCCh, e o de autonomia étnica regional como sistemas políticos básicos, garante-se que centenas de milhões de pessoas sejam verdadeiramente donas do país e participem amplamente da governança nacional. A vantagem do sistema socialista com características chinesas reside em sua estabilidade, certeza e alta eficiência executiva, permitindo “concentrar recursos para realizar grandes

feitos”, regular eficazmente as relações sociais e coordenar os interesses de todas as partes, formando uma sinergia nacional coesa. É com base nessa garantia institucional que a China levou apenas algumas décadas para completar o processo de industrialização que os países desenvolvidos ocidentais levaram séculos para percorrer, tornando possíveis os “dois milagres”.

III. A essência da governança da China é a governança para o povo. A China adere consistentemente a uma filosofia de desenvolvimento centrada no povo, considerando a aspiração popular por uma vida melhor como seu objetivo e o bem-estar do povo como o maior dos direitos humanos. Desde a Reforma e Abertura em 1978, mais de 800 milhões de chineses saíram da pobreza, representando mais de 70% da redução da pobreza global no mesmo período, completando a maior prática de alívio da pobreza na história mundial. A China mobilizou toda a sociedade e construiu criativamente um arranjo institucional de longo prazo “três em um”, integrando o combate à pobreza, a prevenção do retorno a ela e a revitalização rural, garantindo que “ninguém seja deixado para trás”. Em 2024, a renda disponível *per capita* dos residentes chineses ultrapassou 40 mil yuans, duplicando em relação a dez anos atrás. A expectativa de vida média aumentou para 78,6 anos, e a média de anos de escolaridade da população em idade ativa atingiu 11,21 anos. A construção de uma “China Pacífica” produziu resultados notáveis, tornando o país reconhecido como um dos mais seguros do mundo. A governança da China está enraizada no povo, depende do povo e beneficia o povo, proporcionando a cada família um senso de felicidade e realização por meio de cuidados para os jovens, educação para as crianças, remuneração pelo trabalho, assistência médica para os doentes e amparo para os idosos.

IV. O motor da governança da China é a governança da abertura. A Reforma e Abertura é a escolha crucial que decide o destino da China contemporânea. Diante das contradições profundas no desenvolvimento, insistimos em usar a reforma para solucionar problemas; diante da nova rodada da revolução científica e tecnológica global, insistimos em tomar a inovação como a principal força motriz do desenvolvimento. Em

2024, o investimento total da sociedade chinesa em P&D atingiu 2,68% do PIB, e as “novas forças produtivas de qualidade” estão se formando aceleradamente. Em nítido contraste com certos países que retrocedem e impõem tarifas indiscriminadamente, a China defende firmemente o sistema multilateral de comércio centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC), promove uma abertura de alto nível, compartilha ativamente as oportunidades de seu mercado doméstico de ultra-escala e se torna uma “âncora de estabilidade” em meio à maré contrária do protecionismo. A China já implementou uma política de isenção unilateral de vistos para muitos países, incluindo o Brasil, acolhendo amigos de todo o mundo com ações concretas. Uma China que adere à reforma, abraça a inovação e tem o mundo em seu coração, certamente continuará a injetar um forte impulso no desenvolvimento global.

A prática da China prova eloquentemente que o caminho para a modernização não é um modelo ocidental único; cada civilização pode explorar um caminho de desenvolvimento adequado às suas próprias condições nacionais. Da erradicação da pobreza ao desenvolvimento verde, da defesa do multilateralismo à promoção da reforma do sistema de governança global, a China não exporta seu modelo, mas compartilha sua sabedoria; não busca hegemonia, mas contribui com sua força. A governança da China também oferece experiência e inspiração para a governança mundial. Diante da pergunta existencial “o que há de errado com o mundo, o que devemos fazer?”, o Presidente Xi Jinping, de uma perspectiva de construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, propôs a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global, a Iniciativa de Civilização Global e a Iniciativa de Governança Global. Esta é precisamente a resposta mais construtiva da China para a nossa era.

“É difícil para quem caminha sozinho se erguer, mas fácil para quem anda em grupo avançar”. Nesta era cheia de desafios, a solidariedade e a cooperação são o único caminho para o futuro. A China e o Brasil, como os maiores países em desenvolvimento dos hemisférios oriental e ocidental e membros importantes do “Sul Global”, têm relações que há muito transcendem o âmbito bilateral, tornando-se forças cruciais

para a manutenção da paz mundial e a promoção do desenvolvimento comum. A prática bem-sucedida da modernização ao estilo chinês ofereceu uma nova escolha para os países em desenvolvimento explorarem seus caminhos para a modernização. Estamos dispostos a fortalecer o intercâmbio de experiências sobre governança com todos os países, incluindo o Brasil, e esperamos trabalhar de mãos dadas com amigos de todas as nações, avançando lado a lado em nossos respectivos caminhos de modernização, e lutando incansavelmente para construir um mundo mais justo e sustentável e uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade!



A cidade Guangzhou
Fonte: Visual China

Concept Paper on the Global Governance Initiative

Government of the People's Republic of China

I. Background

The year 2025 marks the 80th anniversary of the founding of the United Nations. Eighty years ago, upon deep reflection on the bitter lessons of the two world wars, the international community decided to establish the United Nations, commencing a brand new practice in global governance. Over the past 80 years, the visions and practice of global governance, i.e. the international system with the U.N. at its core, the international order underpinned by international law, and the basic norms of international relations based on the purposes and principles of the U.N. Charter have made historic contributions to maintaining world peace and development.

The current international landscape is undergoing changes and turbulence. The U.N. and multilateralism are being challenged. The deficit in global governance continues to grow. The existing international institutions have shown three deficiencies. First, serious underrepresentation of the Global South. The collective rise of emerging markets and developing countries necessitates boosting the representation of the Global South and redressing historical injustice. Second, erosion of authoritativeness. The purposes and principles of the U.N. Charter have not been effectively observed. Resolutions of the Security Council have been challenged. Unilateral sanctions, among other practices, have violated international law and disrupted the international order. Third, urgent need for greater effectiveness. The implementation of the U.N. 2030 Agenda for Sustainable Development is seriously lagging behind. Issues such as climate change and the digital divide are becoming more

salient. Governance gaps exist in new frontiers such as artificial intelligence (AI), cyberspace and outer space.

As a permanent member of the U.N. Security Council and the biggest developing country, China has all along been a staunch builder of world peace, contributor to global development, defender of the international order and provider of public goods. Focusing on a subject of our times, namely what kind of global governance system to build and how to reform and improve global governance, and regarding it as the fundamental guideline to uphold the purposes and principles of the U.N. Charter and practice the vision of global governance featuring extensive consultation and joint contribution for shared benefit, China proposes the Global Governance Initiative (GGI) to promote the building of a more just and equitable global governance system and work together for a community with a shared future for humanity.

II. Core Concepts

1. Staying committed to sovereign equality. This is the foremost premise of global governance. Sovereign equality is the most important norm governing state-to-state relations, and the foremost principle observed by the U.N. and all other international institutions and organizations. The essence of sovereign equality is that all countries, regardless of size, strength or wealth, shall have their sovereignty and dignity respected, their domestic affairs free from external interference, the right to independently choose their social system and development path, and the right to participate in, make decisions in and benefit from the global governance process as equals. Greater democracy should be promoted in international relations to make the global governance system better reflect the interests and aspirations of the majority of countries and to increase the representation and say of developing countries.

2. Staying committed to international rule of law. This is the fundamental safeguard for global governance. The purposes and principles of the U.N. Charter are universally recognized basic norms of international relations. They must be upheld unwaveringly. In emerging areas, international rules should be formulated on the basis of extensive

consensus. International law and rules must be applied equally and uniformly, without any double standards or imposition. The authority and solemnity of international law must be upheld. Major countries, in particular, must take the lead in advocating and defending international rule of law.

3. Staying committed to multilateralism. This is the basic pathway of global governance. Multilateralism is the core concept of the existing international system and international order. The principle of extensive consultation and joint contribution for shared benefit must be upheld. Global affairs should be decided by all, the governance system built by all, and the fruits of governance shared by all. Practice of unilateralism must be rejected. The U.N. is the core platform for practicing multilateralism and advancing global governance, whose role must be enhanced, not weakened. Other global and regional multilateral institutions should give play to their respective strengths and play a constructive role. All discriminatory and exclusionary arrangements should be avoided.

4. Staying committed to the people-centered approach. This is the underpinning value of global governance. The people of all nations are the fundamental actors in global governance, and their well-being is its ultimate benefit. The global governance system must meet the people's needs and consistently foster their confidence and belief in a stable future in order to be extensively supported and effective. It must seek improvement through reforms in order to inspire, among peoples of all countries, a greater sense of fulfillment through accelerated common development, a greater sense of safety through more effective response to humanity's common challenges and a greater sense of well-being through advancing the common interests of different countries and communities.

5. Staying committed to real results. This is an important principle of global governance. Effective global governance is essentially one that resolves real problems. Given the close links among various issues, global governance should be carried out in a more coordinated, systematic and holistic way. It must address both root causes and symptoms to find sustainable solutions. It must both tackle pressing issues and

take into account long-term challenges. Developed countries should earnestly take on their responsibilities and provide more resources and public goods. Developing countries, on their part, should pull together for strength and do their best for the world.

III. Way Forward

The GGI is another major initiative proposed by China, following the Global Development Initiative (GDI), the Global Security Initiative (GSI) and the Global Civilization Initiative (GCI). The GDI focuses on promoting international cooperation on development, the GSI on encouraging dialogue and consultation over international discord, the GCI on promoting exchanges and mutual learning among civilizations, and the GGI on the direction, principles and path for reforming the global governance system and institutions. The four initiatives have their respective priorities and can be pursued simultaneously. They will each be a source of positive energy for a changing and turbulent world and impetus for humanity's development and progress.

The “five core concepts” of the GGI stem from the purposes and principles of the U.N. Charter, and respond to the shared aspiration of most countries. To reform and improve global governance does not mean to overturn the existing international order or to create another framework outside the current international system. Rather, the goal is to make the existing international system and international institutions better at taking actions, working effectively, adapting to changes, responding promptly and effectively to various global challenges, and serving the interests of all countries, particularly developing ones. No matter how the international landscape changes, China will remain firm in safeguarding the international system with the U.N. at its core and the international order underpinned by international law, stand firmly on the right side of history, and join hands with all progressive forces in the world to build a community with a shared future for humanity and make relentless efforts for mankind's noble cause of peace and development.

We will uphold principles, embrace new ideas, stay open-minded and inclusive, adhere to the principle of extensive consultation and joint

contribution for shared benefit, and work under the framework of the GGI with all parties to enhance policy communication and coordination, so as to build extensive consensus and enrich the methods and pathways for reforming and improving global governance.

We will leverage the platforms provided by the U.N., relevant international organizations, and regional and subregional multilateral institutions to take active actions with all parties and contribute our thoughts and energy to reforming and improving global governance. Priority will be given to areas where governance is in urgent need and scant supply, such as the reform of the international financial architecture, AI, cyberspace, climate change, trade, and outer space, and to firmly upholding the authority and central role of the U.N. and supporting the U.N. in implementing the Pact for the Future. We would like to increase communication and cooperation in these areas to build consensus, identify deliverables, and bring about early harvests.

Humanity has become a closely intertwined community with a shared future. Enhancing global governance is the right choice for the international community to share in development opportunities and address global challenges. China will strengthen joint efforts with all parties to explore ways to reform and improve global governance and open up a bright future of peace, security, prosperity, and progress.



Águas limpas e montanhas verdes são tão valiosas quanto montes de ouro e prata
Fonte: Visual China

Amazônia, financiamento verde e cooperação sino-brasileira: perspectivas para a COP-30

Felipe Silva Alves¹

Marcos Cordeiro Pires²

Em novembro de 2025, o Brasil sediará, em Belém do Pará, a 30ª Conferência das Partes (COP-30), reunindo representantes de mais de 160 países para debater e negociar soluções globais frente às mudanças climáticas. Além de sua relevância socioambiental para a conjuntura internacional, o evento representa uma oportunidade estratégica para o Brasil reafirmar seu protagonismo climático e ampliar suas relações internacionais com foco na sustentabilidade e no desenvolvimento econômico. Nesse cenário, destaca-se o papel da China como parceira essencial para o aprofundamento das relações bilaterais, especialmente em temas como financiamento para a preservação de florestas tropicais, mecanismos financeiros verdes, cooperação técnica ambiental e diplomacia climática. Este artigo explora os principais eixos de cooperação ambiental entre Brasil e China, com vistas à COP-30 e ao fortalecimento dessa parceria no futuro.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil consolidou-se como liderança internacional em temas ambientais, tanto por sua atuação em fóruns multilaterais quanto pela riqueza de sua biodiversidade. Desde a ECO-92, no Rio de Janeiro, até sua participação recorrente nas COPs, o país tem desempenhado papel estratégico na construção de consensos

¹ Bacharel em Relações Internacionais da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), campus Marília.

² Professor da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), campus Marília.

globais. Iniciativas como o Fundo Amazônia e coalizões regionais para a preservação florestal reforçam essa trajetória diplomática (COP-30, 2025). Deste modo, a realização da COP-30 na Amazônia permite ao Brasil reconfigurar a narrativa internacional sobre a floresta, apresentando-a como centro de inovação, conhecimento tradicional e cooperação internacional, além de atrair investimentos em energia limpa, bioeconomia e infraestrutura sustentável para a região e o país como um todo.

Nesse contexto, a China se destaca como parceira estratégica, especialmente diante da celebração dos 50 anos de relações diplomáticas com o Brasil em 2024 (Brasil, 2024). Observou-se ao longo das últimas décadas que a relação bilateral evoluiu de vínculos comerciais para uma cooperação abrangente voltada ao desenvolvimento sustentável de ambos os envolvidos. Por exemplo, a China é hoje o maior investidor estrangeiro em setores verdes no Brasil, com aportes superiores a R\$ 27 bilhões em áreas como energia limpa, veículos elétricos, hidrogênio verde e biocombustíveis (Gomes, 2025). Como reforço dessa afirmação, destaca-se que, durante seminário em Beijing, a ministra Marina Silva reforçou a importância da parceria para o cumprimento das metas climáticas brasileiras, reforçando o papel dos dois países como articuladores do multilateralismo climático no Sul Global (Exame, 2025). Com isso, estabelece-se que essa convergência entre diplomacia, tecnologia e financiamento posiciona a China como parceira natural do Brasil na COP-30, especialmente diante da ausência dos Estados Unidos nas negociações climáticas (Secom, 2025). E foi nessa conjuntura que o Brasil apresentou à China o “Roteiro de Baku a Belém”, iniciativa que visa mobilizar 1,3 trilhão de dólares em financiamento climático até 2035, com apoio de bancos multilaterais e instituições asiáticas (Ministério da Fazenda, 2025).

Desse modo, é possível formular possíveis frentes de cooperação sino-brasileiras a partir da COP-30, tendo a temática da preservação florestal como um dos principais eixos dessas novas oportunidades de cooperação, pois a China já demonstrou interesse em apoiar o Brasil em iniciativas como a Fundação Amazônia Sustentável e fóruns científicos voltados à bioeconomia e à restauração ecológica (Xihua, 2025;

Matheus, 2025). Diante disso, é plausível propor a criação de um fundo de cooperação ambiental sino-brasileiro voltado a projetos que aliem conservação florestal, desenvolvimento local e fortalecimento das relações bilaterais. Essa proposta encontra respaldo na robustez do mercado financeiro verde da China, que em 2024 emitiu 68,9 bilhões de dólares em *green bonds* alinhados a padrões internacionais, tornando-se o terceiro maior emissor global (Climate Bond Initiative, 2024). Com 80% da dívida sustentável chinesa concentrada em títulos verdes, há clara aderência do mercado local ao financiamento climático e potencial para expansão internacional dessas teses de investimento (Climate Bond Initiative, 2024). Ao canalizar parte desses recursos para projetos na Amazônia, a China contribuiria para a proteção de um dos principais biomas do planeta, ao mesmo tempo em que fortalece sua imagem internacional como líder ambiental responsável e inovador.

Outro eixo promissor de cooperação reside na recuperação de áreas degradadas. A Embrapa, com mais de cinco décadas de pesquisa aplicada, é referência internacional em restauração ecológica, sistemas agroflorestais e manejo sustentável do solo. Iniciativas como o Centro Capoeira, que reúne mais de 100 pesquisadores de 33 instituições, exemplificam o potencial brasileiro nessa área (Embrapa, 2025). Em 2025, Brasil e China firmaram um memorando de cooperação para restauração de vegetação e sumidouros de carbono, aproveitando a expertise chinesa em projetos como a “Grande Muralha Verde” e o “Grão por Verde” (Brasil, 2025). Assim, fortalecer a Embrapa por meio dessa cooperação é estratégico, pois combina excelência científica brasileira com avanços tecnológicos e capacidade de investimento chinesa, acelerando soluções sustentáveis e ampliando a influência internacional do Brasil na agenda climática.

A COP-30 também oferece uma oportunidade para aprofundar a cooperação em mecanismos de financiamento ambiental, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Criado pelo Protocolo de Kyoto, o MDL permite que países desenvolvidos financiem projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento, gerando créditos de carbono comercializáveis. Com a China assumindo metas climáticas

mais ambiciosas e expandindo seu mercado interno de carbono, sendo hoje o maior do mundo, abre-se espaço para que empresas chinesas adquiram créditos gerados por projetos brasileiros, especialmente em reflorestamento, captura de metano, reciclagem e bioenergia (ClimaInfo, 2025; Ambipar, 2025). O Brasil, por sua vez, está estruturando seu mercado regulado de carbono (SBCE) com base no modelo *cap-and-trade*, e já aprovou projetos de alta integridade, como o da Future Climate no Mato Grosso, que une conservação florestal e impacto social (Schuck, 2025). Nesse sentido, a China, que já sinalizou apoio ao financiamento climático no âmbito do Roteiro de Baku a Belém, pode atuar como investidora estratégica desses projetos, alinhando sua política de descarbonização com a expansão de ativos verdes no Brasil.

Por fim, a transição energética e a industrialização verde representam áreas-chave para a expansão da cooperação bilateral. A China é um dos principais investidores em energia renovável no Brasil, com empresas como State Grid, China Three Gorges e CGN Energy operando complexos eólicos e solares que somam mais de 1,4 GW de capacidade instalada (Vasconcellos, 2025). Em 2025, foram anunciados mais de R\$ 3 bilhões em novos investimentos em energia limpa e inovação mineral, além de 1 bilhão de dólares para produção de combustíveis sustentáveis para aviação (SAF) e a instalação de um centro de pesquisa em parceria com o Senai Cimatec (Agência Cenário Energia, 2025; Planalto Brasil, 2025). No campo do hidrogênio verde, empresas como Mingyang Hydrogen já atuam em projetos como o H2Brasil, com fornecimento de eletrolisadores e cooperação tecnológica (People's Daily, 2025). Essa expansão está alinhada aos compromissos de descarbonização assumidos por ambos os países: o Brasil, com uma matriz energética 90% limpa, e a China, com metas climáticas abrangentes até 2060 (ClimaInfo – Metas da China). A industrialização verde, portanto, surge como eixo estratégico da relação bilateral, com potencial para gerar empregos, atrair investimentos e posicionar Brasil e China como líderes da nova economia de baixo carbono.

Portanto, entende-se que a COP-30 marca um ponto de inflexão na diplomacia ambiental brasileira e abre caminho para uma nova fase da

cooperação estratégica com a China. As oportunidades de colaboração em áreas como preservação florestal, recuperação de áreas degradadas, financiamento climático, créditos de carbono, energia limpa e industrialização verde são concretas e complementares. A institucionalização de mecanismos bilaterais, como fundos de preservação, plataformas de inovação e acordos científicos, pode ampliar ainda mais o impacto dessa parceria no longo prazo. Ao fortalecer essa cooperação, Brasil e China não apenas avançam em suas metas climáticas, mas também contribuem para redefinir a governança ambiental global com base em equidade, desenvolvimento e soberania compartilhada.

Referências

- AGÊNCIA CENÁRIO ENERGIA. Brasil e China firmam acordo estratégico para ampliar investimentos em energia limpa e inovação mineral. Cenário Energia, 2025. Disponível em: <<https://cenarioenergia.com.br/2025/07/07/brasil-e-china-firmam-acordo-estrategico-para-ampliar-investimentos-em-energia-limpa-e-inovacao-mineral/>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- Amazônia ganha centro de pesquisas para apoiar a recuperação de áreas desmatadas e degradadas. Embrapa, 2025. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/100901816/amazonia-ganha-centro-de-pesquisas-para-apoiar-a-recuperacao-de-areas-desmatadas-e-degradadas>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Brasil e China firmam acordo de cooperação sobre restauração de vegetação e sumidouros de carbono. Governo do Brasil, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/brasil-e-china-firmam-acordo-de-cooperacao-sobre-restauracao-de-vegetacao-e-sumidouros-de-carbono>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Primeiro compromisso oficial de Lula na China resulta no anúncio de investimentos de US\$ 1 bi para produção de SAF no Brasil. Governo do Brasil, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/05/primeiro-compromisso-oficial-de-lula-na-china-resulta-no-anuncio-de-investimentos-de-us-1-bi-para-producao-de-saf-no-brasil>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- China apoia Brasil na realização bem-sucedida da COP30. People's Daily Online, 2025. Disponível em: <<https://portuguese.people.com.cn/n3/2025/0714/c309813-20339751.html>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- CLIMAINFO. COP30: China promete metas climáticas abrangendo toda a economia. ClimaInfo, 2025. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2025/04/23/cop30-china-promete-metas-climaticas-abrangendo-toda-a-economia/>>. Acesso em: 23 out. 2025.

- CLIMATE BONDS INITIATIVE; CIB RESEARCH. China Sustainable Debt: State of the Market 2024. Climate Bonds Initiative, 2025. Disponível em: <<https://www.climatebonds.net/resources/reports/china-sustainable-debt-state-of-market-2024>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- COP30 (Brasil). Da Rio-92 à COP30: Brasil impulsiona diálogo internacional por governança ambiental integrada. Belém: COP30, 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/da-rio-92-a-cop30-brasil-impulsiona-dialogo-internacional-por-governanca-ambiental-integrada>. Acesso em: 23 out. 2025.
- Em Beijing, Marina e ministro chinês aprofundam a cooperação entre Brasil e China para meio ambiente e clima. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Secom, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/em-Beijing-marina-e-ministro-chines-aprofundam-a-cooperacao-entre-brasil-e-china-para-meio-ambiente-e-clima>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- GOMES, Pedro Henrique. Delivery, carros elétricos, energia limpa, mineração: veja onde a China pretende investir R\$ 27 bilhões no Brasil. G1, 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/12/delivery-carros-eletricos-energia-limpa-mineracao-veja-onde-a-china-pretende-investir-r-27-bilhoes-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- Marina Silva destaca cooperação Brasil-China para cumprir metas climáticas na COP30. Exame, 2025. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/marina-silva-destaca-cooperacao-brasil-china-para-cumprir-metas-climaticas-na-cop30/>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- MATHEUS, Leonardo. China reafirma compromisso com futuros acordos da COP30 em fórum de jovens cientistas em Manaus. G1, 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/04/04/china-reafirma-compromisso-com-futuros-acordos-da-cop30-em-forum-de-jovens-cientistas-em-manaus.ghtml>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- Mercado de crédito de carbono dá sinais de crescimento na China e no Brasil. Ambipar, 2021. Disponível em: <<https://ambipar.com/noticias/mercado-de-credito-de-carbono-da-sinais-de-crescimento-na-china-e-no-brasil/>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- PROPOSTA de financiamento climático para a COP30 é apresentada na China pela Fazenda. Ministério da Fazenda, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/Maio/proposta-de-financiamento-climatico-para-a-cop30-e-apresentada-na-china-pela-fazenda>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- SCHUCKER, Sofia. Projeto brasileiro é primeiro do mundo a unir créditos de carbono de alta qualidade e impacto social. Exame, 2025. Disponível em: <<https://exame.com/esg/projeto-brasileiro-e-primeiro-do-mundo-a-unir-creditos-de-carbono-de-alta-qualidade-e-impacto-social/>>. Acesso em: 23 out. 2025.
- VASCONCELLOS, Carlos. Brazil and China see shared strategy in energy transition. Valor International, 2025. Disponível em: <<https://valorinternational.globo.com/summit-valor-brazil-china-2025/news/2025/04/23/brazil-and-china-see-shared-strategy-in-energy-transition.ghtml>>. Acesso em: 23 out. 2025.

Da civilização ecológica à governança global: a integração entre o plano de cinco esferas e a Estratégia de Quatro Frentes no governo de Xi Jinping

Evandro Menezes de Carvalho¹

A governança da China no governo de Xi Jinping apoia-se em dois marcos conceituais e estratégicos interdependentes: o *Plano Integrado de Cinco Esferas* e a *Estratégia Abrangente de Quatro Frentes*. Ambos articulam a visão holística de desenvolvimento, modernização e governança que sustenta não apenas as políticas domésticas, mas também a projeção internacional da China. Tomemos como exemplo o conceito de *civilização ecológica* como base para um novo modelo de desenvolvimento para o país e a *Iniciativa de Governança Global* (IGG) como proposta para um multilateralismo inclusivo e mais democrático no sistema internacional. Vejamos como estes exemplos se vinculam aos dois marcos conceituais e estratégicos.

O *Plano Integrado de Cinco Esferas*, proposto no 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (2012), constitui a macroestrutura da política nacional chinesa. Ele integra as dimensões

¹ Professor da Cátedra Wutong da Universidade de Língua e Cultura de Beijing (BLCU). Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de direito internacional da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Prêmio Amizade do Governo Chinês (2023) e *World Sinology Outstanding Achievement Award* (2025).

econômica, política, cultural, social e *ecológica* como esferas inseparáveis do desenvolvimento nacional. Essa formulação traduz a ideia de que o progresso material e o avanço tecnológico não podem ser dissociados do fortalecimento institucional, do florescimento cultural, do bem-estar social e do equilíbrio ambiental. Essa visão rompe com paradigmas de desenvolvimento centrados exclusivamente no crescimento econômico e reflete princípios ancorados na fina tradição da cultura chinesa da interdependência entre o ser humano e a natureza.

A esfera ecológica, incorporada como um dos cinco pilares do Plano, marca uma inflexão histórica: pela primeira vez, o meio ambiente passa a ocupar status político equivalente às demais dimensões do planejamento estatal. É dessa integração estrutural que emerge o conceito de “civilização ecológica”, entendido como o estágio superior da civilização socialista, aquele em que o progresso humano e o equilíbrio ambiental se harmonizam. A noção não surge, portanto, como um apêndice ambientalista, mas como expressão política da visão sistêmica do desenvolvimento. Nessa lógica, a governança ecológica é inseparável da governança econômica e social; a reforma institucional e jurídica torna-se condição para garantir a sustentabilidade do modelo de modernização; e a cultura, entendida como “alma” da civilização, é vista como o vetor ético que orienta o comportamento coletivo diante da natureza.

Já a *Estratégia Abrangente de Quatro Frentes*, anunciada por Xi Jinping em 2014, confere direção estratégica e meios de execução ao plano das cinco esferas. Ela consiste em quatro metas interligadas. São elas: 1) *construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos para promover a prosperidade comum*; 2) *aprofundar integralmente a reforma como motor do desenvolvimento*; 3) *governar o país integralmente segundo o Estado de Direito como garantia institucional*; e 4) *liderar o Partido de forma estrita, tanto do ponto de vista moral como organizativo*. Essas quatro dimensões configuram o método de *governança sistêmica* da China contemporânea. A “civilização ecológica” insere-se diretamente nesse arcabouço. Desde esta perspectiva, a sustentabilidade ambiental é traduzida em dever jurídico-institucional e em critério de desempenho governamental no âmbito doméstico.

Na reforma da Constituição da República Popular da China, em março de 2018, por ocasião da 13ª Sessão da Assembleia Popular Nacional (APN), aprovou-se a inclusão, em seu preâmbulo, da “civilização ecológica” como parte central da visão de modernização e do plano de desenvolvimento nacional da China. Na reestruturação dos órgãos do Estado feita naquele ano, criou-se o Ministério da Ecologia e Meio Ambiente que substituiu o Ministério da Proteção Ambiental e absorveu atribuições de outros órgãos. O artigo 89(6) da Constituição do país estabelece que uma das funções e poderes do Conselho de Estado é o de “dirigir e administrar os assuntos econômicos e o desenvolvimento urbano e rural, bem como a construção de uma civilização ecológica”. Estas emendas à Constituição, juntamente com a reforma das instituições governamentais, refletem a alta importância das questões ambientais e convergem com a orientação do Partido Comunista da China de combater a poluição, conservar os recursos naturais e construir uma “Bela China”.

A reforma constitucional é tanto consequência como causa da evolução das políticas delineadas nos planos nacionais de desenvolvimento aprovados no governo de Xi Jinping. O 13º Plano Quinquenal (2016-2020) dedicou uma sessão para os “ecossistemas e meio ambiente”. Dentre as inúmeras metas, previu-se garantir que as cidades no nível de prefeitura e acima alcançassem uma redução de 25% no número de dias de poluição atmosférica intensa. O 14º Plano Quinquenal (2021-2025), que contém uma parte sobre “desenvolvimento verde e coexistência harmoniosa entre a humanidade e a natureza”, previu um plano de ação para atingir o pico de emissões de carbono até 2030. E em outubro de 2025, por ocasião da Quarta Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, aprovou-se diretrizes para o 15º Plano Quinquenal (2026-2030) que inclui avanços importantes para a Iniciativa Bela China visando alcançar o objetivo de civilização ecológica até 2035.

Em termos de projeção internacional, a *Estratégia Abrangente de Quatro Frentes* fornece a lógica de coerência e credibilidade que permite à China propor ao mundo a Iniciativa de Governança Global (IGG). Lançada oficialmente em 2025, esta iniciativa representa a transposição para o plano internacional dos princípios que estruturam a governança

doméstica da China. Assim como o Plano Integrado de Cinco Esferas busca equilíbrio entre as cinco dimensões da vida nacional, a IGG propõe uma nova harmonia entre as dimensões política, econômica, tecnológica, social e ambiental no plano global. Do mesmo modo, a ênfase na cooperação multilateral, na igualdade soberana, na governança baseada em regras e em uma abordagem centrada nas pessoas é tributária da *Estratégia de Quatro Frentes*: o Estado de Direito e a reforma institucional são transpostos para o plano das relações internacionais. O princípio de “governar o país segundo a lei” converte-se, na IGG, em “governar o mundo segundo o direito internacional”; e a ideia de “reforma abrangente” traduz-se na proposta de reformar o sistema global para torná-lo mais equitativo e eficaz diante dos desafios comuns, tais como as mudanças climáticas, a inteligência artificial e a pobreza global. Assim, a IGG manifesta a ambição de estender a racionalidade sistêmica da governança chinesa à ordem internacional, transformando princípios domésticos em bens públicos internacionais.

Enquanto a IGG oferece a estrutura institucional para a reforma da governança global, a *civilização ecológica* fornece sua fundamentação ética e filosófica. Ambas derivam do mesmo eixo conceitual, qual seja: o de uma civilização socialista moderna guiada pela harmonia entre o ser humano, a sociedade e a natureza. No plano interno, essa harmonia se traduz em políticas concretas: a meta de neutralidade de carbono até 2060, a reforma da legislação ambiental, a delimitação de “linhas vermelhas ecológicas” e a incorporação de indicadores ambientais no sistema de avaliação de quadros políticos. No plano externo, ela se manifesta em iniciativas multilaterais de governança ambiental e em propostas de desenvolvimento verde e inclusivo em resposta às aspirações do Sul Global.

A IGG e a civilização ecológica herdaram do Plano Integrado de Cinco Esferas a visão holística e a inclusão da dimensão ecológica como eixo estruturante. Da *Estratégia de Quatro Frentes* assumiram a abordagem pragmática e reformista, o primado da lei e o controle ético-institucional do poder. Do cruzamento entre ambos, emerge características que conformam a *modernização ao estilo chinês*. A IGG e a meta de

constituição de uma civilização ecológica não são, portanto, políticas isoladas, mas expressões complementares de um mesmo projeto civilizacional. Em um contexto de crise climática e de erosão da legitimidade das instituições multilaterais, a proposta chinesa procura reposicionar a ideia de “governança” não como domínio de alguns sobre outros, mas como coordenação solidária entre povos e Estados, inspirada nas noções confucianas de harmonia e de responsabilidade nas relações sociais, e na prática socialista de planejamento racional, sistêmico e científico.



Usina Hidrelétrica das Três Gargantas

Fonte: Visual China

Civilização Ecológica: um novo horizonte da governança global

Marcus Vinicius De Freitas¹

A civilização humana evoluiu continuamente a partir de um paradoxo: quanto mais a humanidade avança no domínio da natureza, mais vulnerável se torna diante de suas reações. O século XXI marca o momento em que esse desequilíbrio atinge o limite do suportável. O planeta agora exige um ajuste urgente pelo crescimento desenfreado, e a humanidade precisa, mais do que nunca, reencontrar o caminho da harmonia. É nesse contexto que a noção de “civilização ecológica” (shengtai wenming 生态文明), defendida pelo presidente Xi Jinping, surge não apenas como uma proposta ambiental, mas como uma filosofia civilizatória.

Profundamente enraizado na tradição chinesa, o conceito parte do princípio de que o ser humano e a natureza formam uma unidade – tiān rén hé yī (天人合一). Diferentemente da visão ocidental de dominação e exploração, a perspectiva chinesa enfatiza o equilíbrio e a corresponsabilidade. A civilização ecológica, portanto, redefine o próprio sentido de desenvolvimento.

Na 18ª sessão do Comitê Político do Partido Comunista da China, em 24 de maio de 2013, o presidente Xi Jinping declarou:

Devemos fortalecer nossa consciência sobre a necessidade de respeitar, proteger e adaptar-nos à natureza; seguir a política básica do Estado de conservação de recursos e proteção ambiental; e dar alta prioridade à conservação, à proteção ambiental e à promoção da restauração natural”.

¹ Professor Visitante, China Foreign Affairs University Senior Fellow, Policy Center for the New South.

Em março de 2018, a Constituição da República Popular da China foi emendada para incluir o objetivo de “desenvolver uma civilização ecológica”. Desde aí, o conceito foi incorporado aos planos quinquenais do país, orientando a transição energética, o combate à poluição e a construção de cidades verdes. No plano internacional, a China tornou-se uma das principais defensoras da Iniciativa de Governança Global proposta por Xi Jinping – um chamado à cooperação em vez da competição, à sustentabilidade em vez da hegemonia.

Os desafios ambientais são, por natureza, transnacionais e não podem ser resolvidos dentro das fronteiras de um único Estado. Secas, enchentes, incêndios florestais e perda de biodiversidade são sintomas de um mesmo mal: a ausência de uma ética global do cuidado. É essa lacuna que a China propõe enfrentar por meio de um sistema de governança em que as nações do Norte e do Sul participem em igualdade de condições, compartilhando responsabilidades e tecnologias num espírito de solidariedade.

A COP-30, programada para 2025 no Brasil, apresenta uma oportunidade crucial para redefinir as metas climáticas e o papel do Sul Global na transição verde. A participação conjunta de China e Brasil, ambos defensores de um novo multilateralismo, poderá demonstrar que crescimento e sustentabilidade não são objetivos conflitantes, mas complementares – moldando, assim, a agenda ambiental global do futuro.

A civilização ecológica também convida a uma reavaliação das métricas econômicas. O Produto Interno Bruto, tomado isoladamente, já não reflete a verdadeira prosperidade de uma nação. O futuro exigirá indicadores de qualidade de vida, capital natural e resiliência ambiental. Nesse sentido, a experiência chinesa com cidades-piloto de baixas emissões e programas de reflorestamento em larga escala oferece um exemplo para outras regiões do mundo. A Floresta de Saihanba, na província de Hebei, no norte da China – outrora uma área árida – foi intensamente reflorestada e transformada em um vasto oásis verde que protege Beijing das tempestades de areia. Tornou-se, assim, um símbolo vivo dessa nova mentalidade civilizatória.

Em última instância, o conceito de civilização ecológica constitui um chamado à consciência global. Ele une tecnologia e espiritualidade,

eficiência e ética, poder e responsabilidade. Em contraste com o discurso punitivo que tantas vezes domina os fóruns internacionais, a proposta chinesa busca reconciliação, não culpa. Trata-se de uma pedagogia para a humanidade: repensar o lugar do ser humano no cosmos e reconstruir a confiança entre as civilizações.

Quando a COP-30 se reunir em Belém, no coração da Amazônia, o diálogo entre o Brasil e a China – nosso principal parceiro comercial e membro dos BRICS+ – poderá simbolizar o nascimento de um novo pacto global, reconhecendo que a sobrevivência da Terra depende não de tratados efêmeros, mas de uma transformação profunda do pensamento civilizacional.

A história julgará o século XXI não apenas pela inovação tecnológica ou pela conquista de novas fronteiras no espaço, mas, sobretudo, pela capacidade de restaurar a harmonia entre o ser humano e a natureza. Como ensina a sabedoria chinesa: “O homem de bem é como um cultivador: ele cultiva primeiro as raízes. Uma vez estabelecidas as raízes, o Tao – o Caminho – floresce”. Da mesma forma, “governar é como cultivar uma árvore: é preciso cuidar das raízes para que floresçam os ramos”. A civilização ecológica representa, assim, a semente de uma nova era – uma era em que a humanidade, ao redescobrir seus fundamentos éticos e espirituais, poderá novamente florescer em paz com o planeta.



Agrofloresta

Fonte: Wellington Lennon

Quem quer a paz mundial de verdade? Desafios para uma multipolaridade na amazônia e o papel de uma cooperação socioambiental efetiva Brasil-China

Francisco Foot Hardman¹

Escrevo essas linhas durante a passagem do Dia do Professor no Brasil, celebrado em 15 de outubro. Para todos nós, que sabemos da máxima relevância da educação pública em qualquer processo de transformação social, vale sempre, por ocasião da COP-30 em Belém do Pará, fortalecer nossa esperança que se traduz em confiança na vida comum e na luta cotidiana para sua plena vigência. Salvar a Amazônia significa, inseparavelmente, salvar o Planeta.

A Amazônia não é assunto somente das populações que lá vivem, sofrem e morrem. Ou dos grupos de invasores que lá continuam explorações predatórias – especialmente no desmatamento da floresta e na mineração, no mais das vezes, clandestinas – que remontam ao passado colonial, mas, que, lamentavelmente, cresceram de modo exponencial desde os anos 1970 e, mais ainda, no presente século.

A Amazônia é um bioma que diz respeito a 9 dos 13 países que compõem a América do Sul. No caso do Brasil, seu bioma abrange 60% do

¹ Professor Titular da Unicamp, Brasil.

território nacional. Mas, acima de tudo, hoje, ela deve representar uma nova centralidade para o Brasil, a América Latina e o mundo. Sua preservação é também a condição necessária à sobrevivência e continuidade da vida humana e de todas as formas naturais de vida em nosso planeta.

Viajei para a Amazônia a primeira vez nos anos 1980, ao pesquisar a trágica construção da ferrovia Madeira-Mamoré, na fronteira entre Brasil e Bolívia, ao longo dos rios Madeira e Mamoré, no território de Guaporé (hoje estado de Rondônia) em sucessivas tentativas que levaram à morte mais de 6 mil trabalhadores, desde a altura de 1870, até sua construção por mais de 400 Km, entre 1907-1912.² Na época, era a busca de escoamento para a crescente indústria do látex (borracha). Trabalhadores asiáticos, entre os quais chineses, indianos e japoneses também participaram dessa aventura, mais ou menos contemporânea da construção do canal do Panamá. A designação genérica de *coolies* a esses operários com baixa remuneração, condições insalubres de trabalho e moradia, bem próximas à escravidão, mal esconde seu caráter preconceituoso e racista.

Em vários estudos que fiz sobre a região amazônica, evidenciou-se a separação dessa imensa região do resto do território nacional. Euclides da Cunha, entre outros escritores, visitou a região por volta de 1905. Seu livro póstumo, *À Margem da História* (1909), é um grito de alerta à sua geração para a necessidade de incorporar essa grande região vital e desconhecida ao conjunto da história da nação brasileira, da América Latina e, sem dúvida, de todo o planeta.³

Viajei a primeira vez para a República Popular da China no ano de 2013. Desde então, nas 8 viagens que realizei para lá, pude constatar o enorme interesse do povo chinês pelas culturas brasileiras. E,

² Cf. F. Foot Hardman, *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Comp. Letras, 2005 (2ª. ed. rev. ampl.).

³ Cf. F. Foot Hardman, A Amazônia e a radicalização do pensamento socioambiental de Euclides da Cunha (Prefácio), pp. 15-31, In: E. da Cunha, *À margem da história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019 (Edição crítica organizada por L. M. Bernucci, F. F. Hardman e F. Rissato). Cf. também, de minha autoria, os ensaios que reuni em *A vingança da Hileia: a Amazônia de Euclides e a utopia de uma nova história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2023 (nova ed. rev.).

também, a sua justa preocupação pelas questões da desigualdade social e do colapso ambiental que dominam o mundo. Entre 2019-2020, vivi um ano inteiro em Beijing, como professor-visitante convidado pela Escola de Línguas Estrangeiras da Universidade de Beijing (BEIDA ou PKU), com quem a Unicamp mantém um acordo de cooperação científico-cultural desde 2018. Nessa estadia longa vivi e conheci de perto a amizade e a solidariedade entre nós. Para minha alegria e boa surpresa, dessa experiência – mais difícil no período da chamada pandemia do coronavírus, em 2020 – escrevi 15 crônicas que muito interessaram ao público chinês, e a Editora Universitária da BEIDA me convidou para publicar um livro, muito bem ilustrado e editado.⁴ Só posso ser imensamente grato por essa iniciativa.⁵

Em 2024, voltamos à China, entre maio-julho, em Beijing, e, depois, em novembro, em Shanghai. Novamente, os temas que predominaram em nossas palestras, e entrevistas à RTV China e ao *Diário do Povo*, com interesse crescente do público que nos acompanhou foram:

- sobre algumas afinidades culturais Brasil-China e perspectivas de uma aliança no contexto do Sul Global;
- pela Paz Global: as pontes entre Brasil e China no caminho de uma nova era;
- SOS Amazônia: o colapso socioambiental e o chamado de urgência à nossa geração;
- a China, o Brasil e a América Latina: juntar esforços pela paz mundial.

⁴ Cf. F. Foot Hardman, *Meu diário da China: a China atual aos olhos de um brasileiro*. Beijing, PKU Press, 2021 (edição bilingue ilustrada). A versão brasileira saiu com o título *Minha China tropical: crônicas de viagem*. São Paulo: Ed. Unesp, 2024.

⁵ Acrescento, aqui, que a convite de Min Xuefei e Fan Xing, dei uma palestra na Universidade de Beijing, em dezembro de 2019, sobre o tema: “Hileia Amazônica: quando alguns humanos destroem nossa casa comum”. Com tradução simultânea de nossa então aluna Liu Tingting (Helena), essa intervenção teve muito impacto e ótimo debate numa plateia atenta e muito sensível ao tema. Idem, a convite da pesquisadora e tradutora Inez Zhou, em novembro de 2019, na Universidade de Ciência e Tecnologia do Sul (SUSTech), em Shenzhen, Guandong, sobre o tema: “Hileia Amazônica: quando a natureza se vinga dos humanos”, que também mobilizou muito interesse.

Pois é: celebramos em 2024 o cinquentenário das relações diplomáticas regulares entre o Brasil e a República Popular da China. E, chegados a 2025, temos que fortalecer ainda mais nossas “pontes que aproximam” sempre na perspectiva de uma paz mundial efetiva, que possa assegurar um futuro compartilhado em que prevaleçam:

- a) a multipolaridade, isto é, respeito às diferenças culturais e ação solidária pela superação da extrema pobreza e de situações crônicas de fome e carência alimentar;
- b) a efetiva troca de conhecimentos científicos e tecnológicos, sem ranços hegemônicos nem cobiças de controle geopolítico;
- c) linhas de cooperação educativa e pedagógica que façam aprofundar possíveis trocas entre estudantes, professores, técnicos e pesquisadores, tendo as universidades públicas como instituições coordenadoras do processo;
- d) intercâmbios artísticos e culturais que possam dar a conhecer tendências contemporâneas dessas atividades em nossos respectivos países, bem como linhas históricas em que se revelem tradições e afinidades múltiplas;
- e) as possíveis alianças na construção de uma nova ordem de “governança global”, em que as questões socioambientais estejam na linha de frente de um novo mundo habitável para seres humanos e não-humanos, em que campo e cidade reencontrem harmonias perdidas, sempre em prol de uma possível (e boa) vida em comum.

Palavras finais

Nenhum triunfalismo deve vigorar a partir desse esboço de uma possível ação cooperativa. Os desafios são inúmeros e bastante graves. Fiquemos, aqui, num único exemplo. O da completa poluição por mercúrio da grande bacia do rio Tapajós, no oeste do estado do Pará, pela mineração em grande parte clandestina de ouro, onde vivem muitas comunidades

indígenas, entre elas o dos índios Munduruku. O grande cineasta brasileiro Jorge Bodansky dirigiu, em 2022, um documentário contundente sobre essa tragédia, intitulado *Amazônia, a nova Minamata?* O paralelo é feito com a enorme contaminação de mercúrio ocorrida na cidade de Minamata, Japão, a partir de 1932, em função de uma grande indústria de plástico ali instalada e que utilizou mercúrio em abundância na sua linha de produção. Destaca-se, no filme atual, a figura da líder indígena munduruku Alessandra Korap, estudante da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), na cidade de Santarém.

A esse filme emblemático vem se somar, mais recentemente, o espetáculo teatral dirigido pela artista performática e pesquisadora da Amazônia, Gabriela Carneiro da Cunha, que esteve em cartaz em São Paulo nos meses de agosto e setembro passados. Chama-se simplesmente *Tapajós*, e denuncia igualmente a poluição de mercúrio naquela região, tendo como principais vítimas “o testemunho de rios que vivem uma catástrofe” e as comunidades ribeirinhas e indígenas que lá habitam em comunhão com as águas e a selva. Igualmente comovente, impressionante e quase sem palavras.

Diante de nós, portanto, quando a COP-30 se apresenta em nossa querida Belém do Pará, mais um dos muitíssimos desafios e pedidos de socorro que a natureza-mãe e todas as mães dos rios e da selva nos conclamam. Será a nossa geração digna de reagir, para além da indignação, com ações solidárias, concretas e urgentes que o avanço da barbárie a todos nós conclama?

Lembro-me bem da região de Santarém e do rio Tapajós, que visitei há cerca de 40 anos. O garimpo artesanal dos anos 1950 já estava sendo substituído, nos anos 1970, pela mineração de ouro com motobombas de alta pressão, que extrai a ilusão do brilho fácil da riqueza em troca da contaminação mercurial sem cura de todas as populações originárias que lá estão há séculos e que lá vivem em harmonia com o meio ambiente. Garimpo totalmente ilegal, clandestino e assassino.

Sem falsos triunfalismos, nem falsos misticismos... Que a lentidão das burocracias estatais não impeça nem retarde a cooperação solidária em prol da saúde dos nossos povos amazônicos, e de todo seu habitat silvícola. Saúde que poderá significar, também, a nossa última chance aqui na Terra.



Floresta Amazônica, Brasil

Fonte: Visual China

Construindo um futuro sustentável pelo diálogo ecológico sino-brasileiro

Melissa Cambuhy¹
Camila Modanez²
Luan Scliar³
Lucas Souza⁴

1. Transição energética, divergência estratégica e novas possibilidades de inserção internacional

O cenário geopolítico contemporâneo é definido por estratégias nacionais contrastantes em relação à transição energética e à inserção internacional. A abordagem dos Estados Unidos é cada vez mais caracterizada

¹ Advogada e pesquisadora, é graduada em Direito com habilitação especial em Direito e Desenvolvimento. Mestra em Direito Econômico, Doutoranda em Relações Internacionais e Pesquisadora Visitante da Academia Chinesa de Ciências Sociais. Foi Coordenadora de Cooperação Brasil-China, no Instituto Lula. Atualmente coordena as Relações Institucionais do escritório regional da América Latina, do China Media Group e preside o Instituto BRICS+ Para Integração Cultural e Econômica (iBRICS+), think tank independente sediado no Brasil, com atuação na América Latina, África e Eurásia. O iBRICS+ atua na consultoria, assessoramento, pesquisa e promoção das agendas do BRICS na América Latina, e das agendas da América Latina no BRICS.

² Engenheira Mecânica (Unicamp). É pós graduanda em Estratégia e Liderança Política (FESPSP) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Internacional da UnB, integrando o grupo de trabalho de Estratégia, Dados e Soberania. Atualmente está como Diretora de Projetos do iBRICS+

³ Jornalista, analista de geopolítica e consultor em relações governamentais. Co-fundador e atual diretor executivo do iBRICS+. Contribui com diversas mídias e organizações na América Latina e Eurásia.

⁴ Advogado e pesquisador. Membro do Núcleo de pesquisa em Direitos Fundamentais da PUC-SP. Atua nas áreas de Direito Administrativo, políticas públicas e terceiro setor, concessões e parcerias entre Estado e sociedade civil. É Diretor jurídico e financeiro do iBRICS+.

por uma política industrial focada no mercado interno e pelo uso de tarifas e barreiras comerciais para conter a ascensão tecnológica da China.

Neste contexto, a arquitetura da governança climática global sofreu um abalo sísmico com a postura dos Estados Unidos durante a administração Trump, que culminou na retirada formal dos Acordos de Paris. No entanto, este recuo estadunidense não resultou em um vácuo absoluto, mas sim em uma abertura de terreno para um realinhamento estratégico global: a transição energética global evoluiu de um imperativo puramente ambiental para uma arena central de reconfiguração geopolítica.

E a China está explorando esta oportunidade projetando uma imagem de parceiro confiável, que contrasta com a imprevisibilidade ocidental. Em vez de seguir o exemplo dos EUA, o país reforçou seus compromissos climáticos, como a promessa de não construir novos projetos a carvão no exterior, e posicionou-se como uma grande potência estável e responsável (FORSYTHE; RIZZO, 2025)⁵ contrastando com a política ambiental errática de Washington. A crescente percepção de que a China é um parceiro mais confiável, combinada com seu massivo investimento direto estrangeiro, leva um número crescente de países a se aproximarem de Beijing (AMERICAN SECURITY PROJECT, 2025).⁶

Estamos falando de mais de 227 bilhões de dólares em projetos chineses de manufatura verde no exterior, com 88% deste capital comprometido desde 2022. Uma escala e velocidade que ultrapassam precedentes históricos como o Plano Marshall dos EUA (XUE; LARSEN, 2025; PHENOMENAL WORLD, 2025).⁷

⁵ FORSYTHE, Michael; RIZZO, Nick. Power play: How the US benefits if China greens the Global South. Brookings Institution, 2025. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/power-play-how-the-us-benefits-if-china-greens-the-global-south/>. Acesso em: 21 out. 2025.

⁶ AMERICAN SECURITY PROJECT. China and the U.S.: A Race to the Top for Renewable Energy Dominance. 2025. Disponível em: <https://www.american-securityproject.org/china-and-the-us/>. Acesso em: 21 out. 2025.

⁷ PHENOMENAL WORLD. Cinturão e Rota 2.0. 2025. Disponível em: <https://www.phenomenalworld.org/pt-br/entrevistas-br/cinturao-e-rota-2-0/>. Acesso em: 21 out. 2025. XUE, Xiaokang; LARSEN, Mathias. China's Green Leap Outward: The rapid scale-up of overseas Chinese clean-tech manufacturing investments.

Desta forma, a inação dos EUA não apenas deixou um espaço vago. Ela ativamente incentivou nações do Sul a buscarem um parceiro que já as atraía com ofertas de investimento e tecnologia, acelerando uma convergência de interesses no Sul Global. A China posicionou-se como a maior investidora em energia renovável nas economias emergentes, financiando mais projetos de infraestrutura do que qualquer outra nação (FORSYTHE; RIZZO, 2025; AMERICAN SECURITY PROJECT, 2025). E assim, à medida que o capital e a tecnologia chineses fluem para estas regiões, com *mais de 75%* de todos os projetos de manufatura verde chineses localizados no Sul Global (XUE; LARSEN, 2025; PHENOMENAL WORLD, 2025), criam cadeias de suprimentos integradas e estabelecem novos padrões produtivos e técnicos.

2. “Civilização Ecológica” e a parceria ecológica sino-brasileira

A expansão global da China em tecnologia limpa não é apenas uma manobra econômica, mas se alicerça em um robusto e sólido ideário: o conceito de “Civilização Ecológica” (生态文明, *shēngtài wénmíng*). Este deve ser entendido como um princípio organizador central do Estado chinês sob Xi Jinping, que reivindica um desenvolvimento harmonioso entre a humanidade e a natureza, e fornece uma direção ideológica ao setor industrial chinês para se voltar à tecnologia verde.

A visão de Xi Jinping de “deixar para as nossas futuras gerações céus azuis, campos verdes e águas limpas” posiciona a inserção internacional chinesa como uma extensão dos seus compromissos ambientais domésticos. E esta base ideológica está ligada a uma ação tangível. A China alcançou um domínio esmagador na cadeia de fornecimento de tecnologias verdes. Empresas chinesas detêm *mais de 80%* de cada etapa do processo de fabricação de painéis solares, dominam as cadeias de fornecimento de energia eólica e são responsáveis por cerca de 75% da produção mundial de baterias de íon-lítio (ATLANTIC COUNCIL, 2025; OPEB, 2025).⁸ O seu investimento doméstico em tecnologia

⁸ ATLANTIC COUNCIL. Beauty and the beast: Implications of the US-China tech war on climate and energy. 2025. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/policy/issue-brief/beauty-and-the-beast-implications-of-the-us-china-tech-war-on-climate-and-energy/>.

limpa é *o dobro* do dos EUA e da UE combinados, fornecendo a base industrial massiva para a sua expansão global (CLIMATE ENERGY FINANCE, 2024).⁹ Esta escala reduziu drasticamente os custos globais da energia renovável, tornando a descarbonização economicamente viável para países em desenvolvimento como o Brasil (PHENOMENAL WORLD, 2025).

Neste sentido, a parceria sino-brasileira materializa-se em fluxos de capital e projetos concretos que têm dado importantes saltos de qualidade sob o governo Lula. Em 2023, os investimentos chineses no Brasil aumentaram 33%, atingindo 1,73 bilhão de dólares. Notavelmente, 72% dos projetos visavam tecnologias limpas ou sustentáveis. O dado mais significativo, no entanto, é que 83% destes projetos foram do tipo *greenfield*, ou seja, com construção de novas instalações produtivas em solo brasileiro (OPEB, 2025). Além de não aumentar a dívida soberana do país anfitrião, uma vez que o risco financeiro permanece nos balanços das empresas chinesas – diluindo qualquer ilação sobre a chamada “armadilha da dívida” – isto demonstra um compromisso de longo prazo para construir capacidade produtiva dentro do Brasil, um contraste acentuado com a fase anterior da cooperação sino-brasileira, dominada por fusões e aquisições.

O setor *automotivo* brasileiro está sendo refeito por investimentos históricos de fabricantes chineses, como a BYD e a Great Wall Motors (GWM), que estão construindo complexos de manufatura em resposta

atlanticcouncil.org/blogs/energysource/beauty-and-the-beast-implications-of-the-us-china-tech-war-on-climate-and-energy/. Acesso em: 21 out. 2025. OPEB. Reconfiguração estratégica dos investimentos chineses no Brasil: tendências e perspectivas para um futuro mais sustentável. 24 jul. 2025. Disponível em: <https://opeb.org/2025/07/24/reconfiguracao-estrategica-dos-investimentos-chineses-no-brasil-tendencias-e-perspectivas-para-um-futuro-mais-sustentavel/>. Acesso em: 21 out. 2025.

⁹ CLIMATE ENERGY FINANCE. Green capital tsunami: China's >\$100 billion outbound cleantech investment since 2023 turbocharges global energy transition. Outubro, 2024. Disponível em: https://climateenergyfinance.org/wp-content/uploads/2024/10/final_-CEF-Report-China-Outbound-FDI-2-October-2024-2.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

direta às tarifas brasileiras sobre VEs importados, que deverão aumentar gradualmente para 35% até 2026 (OPEB, 2025; CLIMATE ENERGY FINANCE, 2024). Esta política fiscal impulsiona a produção local, alinhando os interesses comerciais chineses com os objetivos da política industrial do Brasil, como o plano *Nova Indústria Brasil* (NET ZERO INDUSTRIAL POLICY LAB, 2025).¹⁰

Já no caso do setor energético, a transição para fontes de energia renováveis é inútil sem uma rede robusta capaz de transmitir essa energia de forma eficiente. A State Grid tornou-se um ator central nesta área. Em um certame de 2024, o pacote totalizou 4.471 km de novas linhas de transmissão; a State Grid venceu o maior lote, de cerca de 1.513 km. O projeto da empresa foi estimado em aproximadamente R\$ 18,1 bilhões (cerca de 3,6 bilhões de dólares), e a companhia anunciou ainda planos para um investimento de cerca de R\$ 200 bilhões (aproximadamente 40 bilhões de dólares) no setor elétrico brasileiro (CLIMATE ENERGY FINANCE, 2024). Esta é a infraestrutura fundamental que desbloqueia todo o potencial do Brasil em energia renovável.

Outro ponto importante para observarmos é que, para além dos impactos econômicos e tecnológicos, a transição energética no Brasil também apresenta consequências sociais significativas. De acordo com relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) de 2025,¹¹ embora o país tenha alcançado quase total eletrificação, persistem desafios de acesso universal e o risco de aprofundamento das desigualdades regionais na distribuição dos benefícios da transição energética. A EPE destaca a importância de políticas públicas que promovam a inclusão social e territorial, especialmente para comunidades em áreas remotas ou tradicionais, que historicamente enfrentam dificuldades no acesso à energia de qualidade.

¹⁰ Net Zero Industrial Policy Lab, Policy Brief No. NZIPL-GP07, 2025. Disponível em: <https://www.netzeropolicylab.com/china-green-leap>. Acesso em: 21 out. 2025.

¹¹ Relatório Síntese 2025. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-885/topico-767/BEN_S%C3%ADntese_2025_PT.pdf, Acesso em 22.10.2025.

Além disso, informações do Ministério de Minas e Energia (MME)¹² apontam que a expansão das energias renováveis no Brasil tem provocado a criação de empregos formais e qualificados, gerando oportunidades econômicas em regiões como o Nordeste e o Centro-Oeste. O fortalecimento da indústria local de energias renováveis, impulsionado por investimentos nacionais e estrangeiros, contribui para o desenvolvimento regional sustentável, combate à pobreza energética e melhora na qualidade de vida, com impactos positivos na saúde pública e no meio ambiente.

Dessa forma, a transição energética no Brasil deve ser compreendida não apenas como um desafio tecnológico e econômico, mas como um processo de transformação social que exige governança e políticas públicas eficientes para garantir que os benefícios sejam amplamente distribuídos, promovendo justiça energética e inclusão social em consonância com os compromissos ambientais nacionais.

Nesse sentido, por fim, concluímos que a relação sino-brasileira transcende a cooperação bilateral convencional, representando uma reconfiguração paradigmática na governança ambiental global. Este eixo Sul-Sul, catalisado por um vácuo geopolítico e impulsionado pela “Civilização Ecológica” chinesa, reestrutura fundamentalmente a infraestrutura energética do Brasil, desafiando a hegemonia normativa e financeira do Norte Global.

A realização da COP-30 em Belém consagra o Brasil à luz da nova agenda climática centrada no Sul Global, evidenciando os frutos da cooperação sino-brasileira. Este protagonismo municia-se com a aprovação da “Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas” (BRICS, 2025),¹³ que estabeleceu compromissos de finan-

¹² BRASIL, LÍDER MUNDIAL NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. As políticas públicas do Ministério de Minas e Energia para desenvolver a economia verde e promover a inclusão social. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/BrasilLiderMundialnaTransicaoEnergeticaMinisteriodeMinaseEnergia.pdf>. Acesso em 22.10.2025.

¹³ BRICS. Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-marco-dos-lideres-do-brics-sobre-financas-climaticas. Acesso em: 23 out. 2025.

ciamento climático e defende a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos no cumprimento de suas obrigações financeiras. Trata-se de uma oportunidade para que Brasil e China evidenciem os avanços já alcançados e o potencial de liderar, junto aos demais países emergentes, um novo ciclo de inovação, justiça e mitigação climática alinhados aos imperativos civilizatórios do nosso tempo.



Produção agrícola

Fonte: Wellington Lennon

O olhar sobre a China a partir do *Brasil de Fato*

A importância da aproximação sino brasileira a partir da comunicação e das contra narrativas

Nina Fideles¹

A cobertura do *Brasil de Fato* na China consolidou-se como uma das poucas fontes jornalísticas latino-americanas com presença permanente no país asiático. E com um olhar específico, que poucos veículos com correspondência no país ousam fazer. Por meio de parceria com a TV dos Trabalhadores, começamos a oferecer à nossa audiência conteúdos sobre a China, em 2023, sob a condução do correspondente Mauro Ramos. Em 2025, fomos reconhecidos como mídia oficial no gigante asiático.

O *Brasil de Fato* busca ser didático a respeito das múltiplas dimensões da realidade chinesa e suas complexidades. Com um bom jornalismo, contrapomos narrativas hegemônicas que deslegitimam a experiência socialista. Nossa correspondência acompanha sempre as Duas Sessões, principal evento político do ano legislativo, de extrema importância para a conjuntura chinesa, coletivas de imprensa oficiais, e abordou, recentemente, os desdobramentos do 15º Plano Quinquenal (2026-2030), que prioriza as “novas qualidades das forças produtivas”, com foco em inteligência artificial, semicondutores e transição verde.

A campanha pelo alívio da pobreza e a questão rural recebem atenção especial, com reportagens que abordam políticas estatais, como o

¹ Diretora do Brasil de Fato.

Documento Central Número 1, que orienta a incorporação de tecnologia no campo para garantir a segurança alimentar e prevenir o retorno à pobreza, e desenvolvimento científico e industrial, como a mecanização agrícola. Temas que julgamos importantíssimos para nosso continente, com exemplos que podem contribuir para a transformação em nosso país.

O trabalho do *Brasil de Fato* ganhou destaque internacional após a CGTN, documentar nossa cobertura sobre a estratégia de Revitalização Rural em Xinjiang, onde analisamos experiências que integram camponeses, lideranças comunitárias e investidores por meio da produção orgânica. Abordamos a China em diálogo com o Sul Global, na construção de um mundo multipolar, no qual seja possível uma comunidade global de futuro compartilhado.

Em setembro de 2025, decidimos impulsionar nossa presença institucional, com mais de uma dezena de reuniões estratégicas em Xangai e Beijing, para formar parcerias e possibilitar a troca de experiências e o compartilhamento de ideias para objetivos comuns.

Fomos recebidos no Centro Internacional de Imprensa pelo porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Guo Jiakun, o que sinalizou reconhecimento oficial dos esforços para construir pontes de comunicação no Sul Global. Assinamos, na sede do portal chinês Guancha.cn, em Xangai, o acordo “Cooperação Jornalística para uma Visão Popular Global”, com o editor-chefe He Shenquan, estabelecendo uma colaboração editorial focada em experiências socialistas e alternativas ao modelo neoliberal.

A delegação do BdF também se reuniu com representantes do Consulado Brasileiro e do Centro Brasil, além de negociar co-produções com a Wave Media e com a estatal Shanghai Media Group (SMG). Visitamos as sedes do Diário do Povo Online, da CGTN e da Agência de Notícias Xinhua, para buscar diferentes formas de cooperação e aproximação.

Por fim, a agenda ainda contemplou recepção pela Embaixada Brasileira, que tem dado todo o suporte ao nosso trabalho, e visita a empresas chinesas que possuem comércio com o Brasil, articuladas gentilmente pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).

Em 2024, tive a oportunidade de conhecer experiências concretas de transformação na vida do povo chinês, lideradas pelo Partido Comunista. A modernização da sociedade chinesa é um feito histórico não apenas para o próprio país, mas também para toda a humanidade. Conhecer exemplos de como isso ocorre no cotidiano me inspirou a escrever o texto “O exercício constante de ir às montanhas”, que trago, em forma resumida, para esta publicação.

O exercício constante de ir às montanhas (junho de 2024)

A China, com 9,6 milhões de quilômetros quadrados e 1,4 bilhão de habitantes, é o terceiro maior país em extensão territorial e o segundo mais populoso. Sua geografia diversa, que varia de desertos ao norte a florestas tropicais ao sul, juntamente com uma topografia plural e abundância de recursos hídricos, ilustra os desafios de governança enfrentados ao longo de sua história.

O Partido Comunista Chinês (PCC), fundado em 1921, buscou um modelo de socialismo adaptado à realidade chinesa, inspirado pelas teorias marxistas, pela experiência soviética e por movimentos revolucionários chineses anteriores. A “ida às montanhas” simboliza um aspecto cultural, militar, político e filosófico dessa busca, já que elas serviam de refúgio para muitos líderes do Partido durante períodos de reavaliação e de estratégia. E das montanhas da província de Jiangxi partiu a Grande Marcha, com 86 mil homens em uma jornada de um ano.

Nos últimos 75 anos, políticas públicas, reformas econômicas, investimentos em infraestrutura, industrialização e urbanização permitiram que a China passasse de um país subdesenvolvido marcado por extrema pobreza rural para a segunda maior economia do mundo, centrada no bem-estar da população.

A busca por um modelo chinês de desenvolvimento socialista demandou ajustes de rota e reelaborações teóricas constantes. A prática de “ir às montanhas” permanece relevante, simbolizando a necessidade de adaptação e inovação, e faz parte da cultura política chinesa e dos métodos do Partido Comunista Chinês. O conceito de autorreforma, defendido pelo PCCh, enfatiza a resolução de problemas de governança

de longo prazo, a inovação teórica, a independência e a adaptação à realidade chinesa.

Desenvolvimento de alta qualidade

Os países capitalistas adotam o conceito e a prática de desenvolvimento centrados unicamente no acúmulo de capital. Visão que ignora as diferentes perspectivas que o marxismo nos oferece: aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais e tecnológicos. A concretização de um desenvolvimento focado na qualidade de vida da humanidade e na preservação do planeta não é apenas um posicionamento ideológico, mas também uma necessidade prática.

Xi Jinping, em seu discurso no seminário temático sobre o estudo e implementação dos princípios orientadores da sexta plenária do 19º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, realizado em 2022, pergunta retoricamente: “Por que o PCCh é capaz e por que o socialismo com características chinesas funciona? Em última análise, é porque o marxismo funciona. Por que o marxismo funciona? Porque ele é adaptado pelo PCCh à realidade chinesa e às necessidades da época, e é usado para orientar a nossa causa.” O presidente ressalta que o marxismo oferece uma direção clara para o desenvolvimento e o progresso da sociedade humana, servindo como uma ferramenta teórica poderosa para compreender o mundo e suas leis, bem como para “buscar a verdade e transformar o mundo”.

O conceito chinês de desenvolvimento de alta qualidade compreende uma nova filosofia de desenvolvimento, caracterizada por inovação, coordenação, desenvolvimento verde, abertura e partilha. Em resumo, a busca por um desenvolvimento com crescimento econômico sustentável e inclusivo, sob o regime socialista, não apenas para aprimorar a qualidade de vida dos chineses, mas também para construir modelos viáveis para a humanidade.

O Leste é vermelho

A China é globalmente reconhecida por seu grande mercado interno e por sua alta capacidade de produção de bens. O constante crescimento econômico de alta magnitude, aliado à filosofia de desenvolvimento de

alta qualidade, demanda investimentos, parcerias estratégicas e controle do capital, o que caracteriza a economia de mercado socialista. O que, segundo Xi, requer regular o funcionamento do capital, aproveitando vantagens e desvantagens. “Não devemos permitir que os magnatas do setor financeiro atuem de forma arbitrária e, por outro lado, devemos assegurar a função do capital como fator de produção. Esta é uma grande questão política que devemos encarar”, afirmou em discurso na Conferência Central sobre o Trabalho Econômico, em 2021.

Em um painel de discussão com membros do círculo econômico em 2022, o presidente explicou que “o sistema básico socialista abrange a propriedade pública que desempenha o papel dominante e se desenvolve junto com outras formas de propriedade (...). Esse sistema é propício para energizar a vitalidade das entidades do mercado, libertar e desenvolver as forças produtivas. Promover a eficiência e a equidade e alcançar prosperidade comum.”

Portanto, o Estado investe e conduz suas empresas estatais, além de firmar parcerias com empresas privadas de diversos setores, de forma estratégica e alinhada às políticas nacionais e aos planos quinquenais do governo. No setor automobilístico, por exemplo, houve uma guinada para a produção de tecnologias limpas, impulsionada em parte pelo desejo da China de se tornar líder desse mercado, mas também pela urgência de converter o uso de combustíveis fósseis. A China é a maior produtora e consumidora de carvão do mundo, o que acarreta elevados custos ambientais e sociais. O governo aplicou diversas medidas para a transição energética, incluindo o fechamento de usinas de carvão e a ampliação da capacidade de energia renovável (eólica e solar), que, em 2020, representou mais de 40% da geração de energia no país e já aponta mudanças significativas na qualidade do ar de muitas cidades.

De outro lado, um exemplo de integração entre a preservação da história recente e o desenvolvimento tecnológico é a fábrica de tratores da China YTO Group Corporation, localizada em Louyang, na província de Henan. Além da linha de produção, o local abriga um amplo acervo sobre o desenvolvimento da marca estatal, preservando o papel da Revolução Chinesa na tecnologia agrícola, fundamental para a erradicação da

extrema pobreza nas áreas rurais. A estatal foi fundada logo após o estabelecimento da República Popular da China, em 1949, com o lançamento do primeiro trator, o Dongfanghong-54, que significa “Leste é vermelho” e faz referência a uma canção popular chinesa, nome também dado ao primeiro satélite da China. Já YTO significa “primeiro trator” em mandarim.

O fogo do forno brilha todas as noites

A província de Jiangxi, localizada no sudeste da China, é conhecida como o berço do primeiro Soviet do Partido Comunista Chinês e ponto de partida da Grande Marcha em 1934. Situada ao sudeste da China, esta região é predominantemente montanhosa e repleta de belezas naturais.

Na cidade de Jingdezhen, conhecida como a “Capital da Porcelana”, a produção de porcelana e cerâmica de alta qualidade se mantém até hoje. A preservação de sítios arqueológicos e investimentos em museus, galerias e escolas de cerâmica, como o Jingdezhen Imperial Kiln Institute, tornam a cidade o principal polo turístico e educativo da cerâmica no mundo. É um exemplo de como preservar a herança cultural e modernizar a economia local.

Durante as dinastias Ming (1368 – 1644) e Qing (1644 – 1912), Jingdezhen era o principal centro de produção de porcelana imperial, exportada para várias partes do mundo. Em uma das vielas repletas de oficinas de cerâmica e olarias, uma inscrição no chão diz: “o fogo do forno brilha todas as noites”.

Na província de Henan, localizada no coração da China e considerada um dos berços da civilização chinesa com mais de 4 mil anos de história, encontra-se o Museu Erlitou da Capital Xia, um imenso museu arqueológico.

O primeiro imperador, Yu, o Grande, é famoso por ter “derrotado” as inundações do Rio Amarelo, o segundo maior da China, por meio da criação de um sistema de irrigação. E assim como Yu, o Grande, a China continua desenvolvendo soluções para evitar atualmente as consequências do aquecimento global e das inundações. Uma delas é a criação de cidades-esponja. Segundo um estudo do Banco Mundial de 2021, 67% da população

chinesa vivia em áreas propensas a inundações. O governo chinês determinou que, até 2030, 80% das áreas urbanas sejam do tipo “esponja”, capazes de absorver e reutilizar 70% das águas das chuvas torrenciais.

Dois pontos

Entre os conhecimentos adquiridos de uma China antiga e ancestral, com museus e sítios arqueológicos, e as maravilhas da Inteligência Artificial, com carros autônomos e instrumentos de ponta para traduções simultâneas, surgem dois pontos da história e da filosofia chinesas que vão além de uma mera linha cronológica. Poderiam ser dois pontos que não se relacionam, mas que, na cultura política chinesa atual, coexistem dialeticamente.

O senso comum sobre a China, influenciado e dominado pela mídia ocidental, constrói estereótipos que tentam minar experiências que se consolidam e crescem na contramão das premissas do modelo capitalista. Especialmente quando enxergamos o Oriente sob a ótica do Ocidente. Essas narrativas buscam reduzir qualquer outra experiência para que nunca consideremos romper essas premissas. Afirmam que são experimentos fracassados, comandados por ditadores rígidos e desalmados, que cerceiam a liberdade de expressão e impedem o crescimento econômico e o pleno desenvolvimento dos sistemas.

A contranarrativa deve expor as realidades dessas nações, destacando experimentos e alternativas viáveis para nossas próprias sociedades. Cada uma a seu modo, como nos ensina a China. E o *Brasil de Fato* se compromete com essa construção. Foi possível conhecer muitas experiências de agricultura, turismo e tecnologia, identificando coerências entre os indicadores chineses, as narrativas das lideranças do PCCh e as vivências nas cidades e nos locais visitados. A partilha cultural é sempre uma partilha política. Na busca por uma nova era, dentro dos 75 anos da experiência comunista chinesa, que já nasceu sob seus próprios moldes, mas não está livre de contradições nem de novos desafios, é importante o exercício constante de ir às montanhas. Compreender o mundo, não apenas a China, sob as chagas do capitalismo do século 21 e dos novos desafios das experiências revolucionárias socialistas, que devem ser propagadas e reconhecidas.



Capivaras

Fonte: Cônsul Geral Yu Peng

Campesinato e agroecologia como novas bases na cooperação sino-brasileira

Luiz Zarref¹
Paula Veliz²

Os desafios globais atuais estão presentes em quatro grandes dimensões: política, econômica, social e ambiental. Enquanto estes se aprofundam nos países do Norte Global, as buscas por soluções reais e universais encontram grande respaldo no Sul Global, seja de diversos governantes, seja de suas organizações sociais.

Embora as dinâmicas políticas e econômicas tenham um alto grau de especificidade nacional, os problemas sociais e ambientais demandam uma cooperação global crescente, o que implica uma elevação da complexidade e da eficiência da governança global. O multilateralismo deveria ser o pilar desse caminho.

Porém, as estruturas de governança globais atuais estão aquém de suas responsabilidades. Tomemos como exemplo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados em 2015 com o apoio e o suporte de países da ONU. A própria organização reconheceu que, até o corrente ano, apenas 35% das metas acordadas foram alcançadas. Se tratarmos apenas da absurda persistência da fome, teremos 2,3 bilhões de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou

¹ Doutor em Geografia (UFG), coordenador para América Latina da Baobab. Membro da Coordenação Nacional do MST.

² Pesquisadora da Baobab. Membro da Federación Rural para la Producción y el Arraigo.

grave, segundo o último relatório da ONU. Quando analisamos o panorama ecológico, apesar de todas as evidências científicas e do crescente número de populações e territórios atingidos por eventos climáticos extremos, tampouco há engajamento real por parte de boa parte das nações ocidentais.

Para enfrentar essa realidade, organizações camponesas vêm construindo o conceito de Soberania Alimentar, entendendo que parcela significativa das causas da crise civilizatória atual reside nos sistemas agroalimentares hegemônicos, baseados na produção de *commodities* a partir da transformação do uso do solo e estabelecimento de monoculturas em larga escala. Em termos gerais, a soberania alimentar é a autonomia dos povos para decidir sobre suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, tendo como pilares a pequena e média propriedade, o campesinato e a agroecologia.

Para tornar a Soberania Alimentar realidade, as organizações camponesas, especialmente aquelas que constroem a Via Campesina, lançam mão de um exercício político que encontra lugar em diferentes táticas, como calendário internacional de mobilizações – tendo o Dia Internacional de Luta pela Terra, no dia 17 de abril, e o Dia Mundial de Luta pela Soberania Alimentar, no 16 de outubro, como marcos –, jornadas de lutas contra transnacionais do agronegócio e pressão sobre órgãos internacionais, como a Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CMNUCC) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Uma das vitórias recentes foi a aprovação, na Assembleia da ONU, da Declaração dos Direitos dos Camponeses.

Apesar dos avanços, ainda há grandes lacunas, especialmente no que tange às tecnologias apropriadas para a agricultura camponesa. Nesse sentido, em 2019, algumas organizações populares do Sul Global fundaram a Baobab (Associação Internacional para Cooperação Popular), uma experiência singular no cenário da cooperação internacional. Essa associação internacional sem fins lucrativos materializa uma compreensão fundamental para o nosso tempo: o desenvolvimento tecnológico não é neutro, mas um campo de disputa entre projetos civilizatórios

antagônicos. Em um contexto de ainda forte dependência tecnológica do Sul Global em relação às corporações transnacionais do Norte, a Baobab articula uma proposta contra-hegemônica ao promover intercâmbios horizontais em ciência e tecnologia entre povos historicamente subalternizados.

A partir da identificação de gargalos tecnológicos realizada pelos próprios movimentos populares, a Baobab define seus eixos tecnológicos atualmente: 1) mecanização para a agricultura familiar; 2) bioinsumos; 3) desenvolvimento de cadeias produtivas alimentares; 4) energias; 5) ecologia; 6) urbanismo popular. Portanto, não são os agentes do Norte Global que definem a agenda de atuação, mas sim a necessidade concreta de massificar a agroecologia, promover a cooperação e consolidar a soberania alimentar.

Essa inversão metodológica é determinante. Tendo como base essas necessidades, a Baobab mobiliza universidades, institutos de pesquisa e empresas para desenvolver soluções adequadas, com o objetivo de estruturar um metabolismo sociotecnológico distinto daquele imposto pelo agronegócio e pelas corporações transnacionais. Dentre os vários avanços, é notório o sucesso no caso Brasil e China, que têm como principal impulsionador o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir de seu programa político chamado Reforma Agrária Popular, que, em síntese, apresenta um plano para a transformação da realidade agrária brasileira, tendo como pilares a reforma agrária e a agroecologia.

Sendo um dos fundadores da Baobab, o MST historicamente defendeu o avanço das forças produtivas no campo, em suas mais diversas formas tecnológicas. Nas últimas décadas, vem transformando a produção de sua base com mais de 450 mil famílias assentadas na perspectiva agroecológica. Para consolidar esse caminho, tem construído uma ampla rede de intercâmbios com universidades e instituições de pesquisa nacionais e internacionais. A China, país com forte base camponesa, sempre esteve no horizonte de potenciais parcerias tecnológicas.

Nessa trajetória, a mecanização agrícola merece destaque. Ainda em 2021, professores da Faculdade de Engenharia da Universidade Agrícola da China, liderados pela grande especialista em políticas de mecanização,

professora Yang Minli, tomaram conhecimento das demandas de mecanização da agricultura familiar brasileira, que possui uma taxa de mecanização de 11,5% segundo o último Censo Agropecuário, enquanto a média na China ultrapassa 70%. Seguindo as diretrizes do presidente Xi Jinping, os especialistas chineses firmaram uma série de acordos e projetos com órgãos brasileiros, como o Consórcio Nordeste, universidades e ministérios, tendo sempre o MST como principal articulador.

Foram então instalados a Unidade Demonstrativa de Mecanização Agrícola em Apodi (Rio Grande do Norte) e o Centro Brasil-China para a Agricultura Familiar, na Universidade de Brasília (UnB). Essa parceria não pretende simplesmente replicar o modelo de mecanização capitalista intensiva, voltada às grandes monoculturas. Ao contrário, busca desenvolver maquinário adequado à agricultura familiar e camponesa, considerando as especificidades dos agroecossistemas e a necessidade de reduzir a penosidade das labores agrícolas sem destruir postos de trabalho ou degradar o ambiente. No médio prazo, o objetivo é promover o estabelecimento de fábricas no Brasil com tecnologia chinesa, em parceria com cooperativas da reforma agrária.

O eixo de bioinsumos também é estratégico. Entendendo que a transição agroecológica demanda tecnologias que promovam o incremento gradual da fertilidade do sistema, a Baobab adota duas estratégias: o intercâmbio tecnológico popular e a cooperação científica internacional. Nesse período de existência, a Baobab realizou quatro Escolas Internacionais de Bioinsumos, entre 2023 e 2025, envolvendo mais de 135 educandos de dezenas de países.

Ao mesmo tempo, a cooperação com o Instituto de Reciclagem Orgânica da Universidade Agrícola da China, em Suzhou, tem possibilitado o desenvolvimento de pesquisas conjuntas em compostagem acelerada e remineralizadores, envolvendo pesquisadores chineses liderados pelo professor Li Ji, e brasileiros coordenados pela professora Caroline Siqueira Gomide. Os projetos de laboratórios-usinas e de fábricas de tratamento de resíduos sólidos orgânicos já estão desenvolvidos para diferentes municípios e universidades brasileiras, encontrando-se agora na fase de captação de recursos.

Um novo eixo tecnológico emerge, fruto dos primeiros passos dessa cooperação: a agricultura digital. A Sinomach Digital Technology disponibilizou sua plataforma de agricultura digital ao Centro Brasil-China para Agricultura Familiar. O projeto, inédito em território estrangeiro para a empresa e o primeiro do tipo implementado com apoio do governo chinês na América Latina, garante o armazenamento dos dados em servidores próprios da UnB, além da instalação de diferentes sensores e de um sistema de IoT em uma área demonstrativa da Fazenda Água Limpa, da própria universidade. Com essa estrutura, criou-se o Laboratório Vivo de Agroecologia Familiar Digital – fundado pela UnB e pela CAU.

A partir desta exitosa experiência, em julho de 2025 a Baobab promoveu o diálogo entre as partes de ambos os países para a assinatura de dois novos acordos: o primeiro, para a testagem desta plataforma de agricultura digital em territórios da agricultura familiar, como assentamentos da reforma agrária, em parceria com a Embrapa, e o segundo para o estabelecimento de fábricas de produção de tratores nacionais, com tecnologia chinesa, no município de Maricá, no Rio de Janeiro.

Essa trajetória de cooperação mobilizou uma ampla rede interinstitucional, demonstrando a profundidade do intercâmbio sino-brasileiro. Do lado brasileiro, articularam-se movimentos populares organizados, governos estaduais do Nordeste, universidades públicas federais e instituições de pesquisa agropecuária. Do lado chinês, participaram universidades agrícolas, institutos de pesquisa em economia industrial e em reciclagem orgânica, empresas estatais de tecnologia agrícola e digital, além de organizações de cooperação internacional. Essa configuração multiator envolveu dezenas de técnicos, pesquisadores, gestores públicos e lideranças populares de ambos os países, consolidando um modelo de cooperação que transcende as relações estritamente governamentais e enraíza-se nas demandas concretas dos territórios e das organizações de base.

A centralidade, para Baobab, da relação entre Brasil e China nessas iniciativas não se deve ao acaso. Entendemos que há especificidades nesta *trilha sinobrasileira* que permitem ensaiar modelos realmente adequados ao Sul global. O caminho chinês do “socialismo com

economia de mercado” produziu avanços tecnológicos extraordinários, eliminando a pobreza extrema em um território de 1,4 bilhões de pessoas e desenvolvendo capacidades científicas que hoje se encontram em igualdade, ou mesmo superioridade, ao Ocidente. Sem colônias. Sem bases militares.

Para os movimentos populares do Sul Global, essa via chinesa oferece possibilidades inexistentes na cooperação Norte-Sul tradicional. As tecnologias desenvolvidas na China para a agricultura familiar, a produção de bioinsumos e as energias renováveis consideram realidades semelhantes às enfrentadas por camponeses brasileiros, africanos ou asiáticos. Ademais, a disposição do governo chinês de compartilhar tecnologias e de estabelecer parcerias que não imponham condicionalidades neoliberais contrasta radicalmente com a lógica das corporações transnacionais e das agências multilaterais dominadas pelo Ocidente.

A Baobab demonstra que é possível articular as capacidades científicas do Sul Global para desenvolver tecnologias apropriadas às necessidades populares. O desafio colocado aos movimentos populares do Brasil e da América Latina é massificar a agroecologia por meio de tecnologias apropriadas, e não de pacotes tecnológicos do agronegócio, ao mesmo tempo em que se inserem nos marcos das novas qualidades das forças produtivas. Devem, assim, conectar nossas lutas locais à construção de uma nova ordem internacional multipolar que não seja dominada pelo imperialismo estadunidense nem reproduza, com outros protagonistas, relações de dependência. Como inspira o presidente Xi Jinping, em seu discurso na Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, na Conferência Nacional de Prêmios de Ciência e Tecnologia e na Conferência Acadêmica das duas academias de 2024:

[...] devemos praticar profundamente o conceito de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade e promover a cooperação aberta em ciência e tecnologia. O progresso científico e tecnológico é uma questão global e contemporânea, e apenas a cooperação aberta é o caminho certo. Quanto mais complexo o ambiente internacional, mais devemos abrir nossos corações e nossas portas, coordenar a abertura e a segurança, e alcançar a autossuficiência e a autoconfiança em cooperação aberta.

Devemos integrar-nos ativamente na rede global de inovação, participar profundamente da governança global de ciência e tecnologia, trabalhar com todos os países do mundo para criar um ambiente de desenvolvimento científico e tecnológico internacional aberto, justo, justo e não discriminatório, e abordar conjuntamente desafios globais, como mudanças climáticas, segurança alimentar e segurança energética, para que a ciência e a tecnologia possam beneficiar melhor a humanidade.

A Baobab, embora com poucos anos de existência, oferece elementos concretos para essa construção. Cabe às organizações populares aprofundar essa experiência, radicalizá-la democraticamente e conectá-la a outros esforços de soberania tecnológica popular. A disputa pelo futuro passa, necessariamente, pela disputa por quem controla os meios de produção tecnológicos de nosso tempo. E essa disputa, como toda luta de classes, será decidida pela capacidade de organização, consciência e ação coletiva dos povos explorados e oprimidos do Sul Global. A nova fase da cooperação sino-brasileira, ao consolidar a agricultura familiar e o meio ambiente como bases, pode traçar o caminho a ser inspiração para esse novo *zeitgeist*.



Cooperação Agrícola Brasil-China, Baobab, associação internacional para cooperação popular.

Fazendo o Lago Erhai florescer novamente: Uma história da transformação ecológica da China¹

Tings Chak²

Numa manhã clara de junho de 2023, cheguei à cidade de Dali, localizada na província de Yunnan, no sudoeste da China, e fui recebido por He Licheng, um residente local e agricultor da vizinha Vila Gusheng. Como outros das gerações mais velhas da região, He Licheng recordou como o pristino Lago Erhai de sua infância nas décadas de 1970 e 1980 havia se tornado tão intensamente poluído nas décadas de 1990 e 2000 que suas características flores de três pétalas conhecidas localmente como haicaihua (*Ottelia acuminata*), haviam parado de florescer.

Como a planta é extremamente sensível à poluição, sua presença ou ausência é considerada um indicador biológico da qualidade da água na região. Devido a uma combinação de fatores no período de reforma e abertura – incluindo desenvolvimento econômico, o surgimento do uso de pesticidas e fertilizantes com a “Revolução Verde”, crescimento populacional e aumento do turismo e migração – a qualidade da água dentro da bacia de Erhai deteriorou-se constantemente. Olhando para a situação de uma década atrás, em 2013, o Lago Erhai estava experimentando surtos em larga escala de algas verde-azuladas, com a qualidade da água considerada inadequada para contato humano. No momento da

¹ Uma versão original mais longa deste artigo foi publicada em *Wenhua Zongheng*: Revista do Pensamento Chinês Contemporâneo.

² Pesquisadora do Instituto Tricontinental: Instituto de Pesquisa Social baseada em Beijing e coeditora de *Wenhua Zongheng*: Revista do Pensamento Chinês Contemporâneo.

minha visita uma década depois, porém, a Prefeitura Autônoma Bai de Dali havia sido fundamentalmente transformada. Como parte da campanha de alívio direcionado à pobreza do governo central, lançada em 2013 e concluída em 2020, todos os onze condados empobrecidos da prefeitura, compreendendo trinta e quatro municípios e 541 vilas, foram retirados da pobreza extrema.

No total, 413.100 pessoas da Prefeitura de Dali saíram da pobreza extrema nesta campanha, parte dos quase 99 milhões de pessoas que o fizeram em todo o país. Todos alcançaram o padrão de vida de “uma renda, duas garantias e três asseguramentos”, o que significa que (i) sua renda excedeu um nível mínimo, (ii) foram garantidos alimentos e roupas, e (iii) foram assegurados serviços médicos básicos, moradia segura com água potável e eletricidade, e educação gratuita. Ao lado da campanha de alívio direcionado à pobreza da presidência de Xi Jinping, esforços intensivos de proteção ambiental tornaram as águas do Lago Erhai limpas e potáveis novamente após uma batalha de décadas.

Já no final da década de 1990, problemas como florações de algas estavam se tornando aparentes, necessitando as primeiras medidas, que incluíram a proibição de barcos de pesca motorizados e redes e a proibição de detergentes contendo fósforo. No entanto, essas medidas não conseguiram acompanhar o ritmo da poluição e também levaram a uma desaceleração econômica. No início dos anos 2000, Pan Yue assumiu o cargo de Vice-Ministro do Ministério de Proteção Ambiental – atualmente, ele é o chefe da Comissão Nacional de Assuntos Étnicos. Como um dos vice-ministros mais jovens de todos os tempos, Pan transformou a abordagem do país em relação à avaliação de impacto ambiental, interrompendo alguns dos maiores projetos totalizando 112 bilhões de yuans em investimentos e aplicando multas enormes aos infratores. Em um discurso de 2007 para um grupo de jovens estudantes, ele afirmou que “a poluição ambiental tem severamente restringido o crescimento econômico” e que “a injustiça social leva à injustiça ambiental, que por sua vez exacerba a injustiça social”. Pan via a proteção do meio ambiente como sendo essencial – e não em conflito com – o crescimento econômico da China.

Foi durante esse período que o Professor Kong Hainan, ao retornar de seus estudos no Japão, liderou uma equipe da Universidade Jiao Tong de Xangai para estudar o poluído Lago Erhai. As descobertas e relatórios que apresentaram levaram o Conselho de Estado a aprovar um projeto nacional de controle e tratamento da poluição da água em 2006. O Lago Erhai tornou-se um campo de testes fundamental para a equipe de Kong, que descobriu que a fonte mais significativa de poluição era o cultivo de um tipo local de alho de bulbo único nas margens do lago. Quando o governo local começou a restringir essas atividades a áreas além de 200 metros da linha costeira, os agricultores foram encorajados a plantar outras variedades de culturas geradoras de renda e diminuir ou substituir o uso de fertilizantes químicos.

Construir um consenso entre os produtores locais não foi uma tarefa fácil e exigiu os esforços combinados de toda a comunidade, com cientistas, membros do Partido Comunista da China (PCC), professores, médicos e outros funcionários públicos para liderar pelo exemplo e pedir que seus parentes fizessem o mesmo. Kong Hainan, por exemplo, comunicou-se pessoalmente com a mídia, foi de porta em porta para conversar com os residentes, ouviu suas preocupações e os convenceu de que as ameaças à saúde do lago, em última análise, impactavam o sustento a longo prazo de todos os residentes.

Kong Hainan está entre os muitos cientistas que tornaram sua tarefa garantir a restauração do lago, o que, por sua vez, garante que as políticas e medidas do governo local sejam cientificamente orientadas. Nos últimos quinze anos, a Universidade Agrícola da China tem explorado um modelo de “Pátio de Ciência e Tecnologia”, onde estudantes de pós-graduação são enviados às linhas de frente da produção agrícola, vivendo, trabalhando e produzindo ao lado dos agricultores camponeses locais. Juntos, eles foram capazes de identificar problemas centrais, como fontes de poluição, abordar questões práticas no nível de base e inovar para encontrar novas soluções, como biofertilizantes e pesticidas. Essa construção de confiança no dia a dia tem sido uma marca registrada das campanhas rurais da China, desde o alívio da pobreza até os esforços de revitalização rural.

A trajetória de vida de He Licheng, o residente local que me recebeu durante minha visita, esteve completamente entrelaçada com a do Lago Erhai. Ele foi diretamente impactado tanto pela poluição quanto pelas ondas de medidas ambientais do governo das últimas décadas. Crescendo na Vila Gusheng, ele ganhava sua renda através da pesca e criação de peixes. Em meados da década de 1990, após a proibição governamental de barcos de pesca motorizados, ele foi forçado a vender seu barco como sucata de metal. Quando tanques de peixes autoconstruídos foram proibidos, ele se mudou para procurar trabalho em outro lugar e retornou alguns anos depois para abrir uma pousada depois que o projeto “vila-a-vila” do governo trouxe estradas até sua porta. Mais tarde, sua casa estava entre as 1.804 famílias que foram designadas para realocação em uma comunidade próxima para restaurar a área em que ele vivia de volta a zonas úmidas. Finalmente, em 2021, He Licheng arrendou um pedaço de terra em sua vila natal para cultivar arroz e colza sob a orientação do Grupo de Recuperação Agrícola de Yunnan. No final dessa longa provação, He Licheng expressou seu orgulho em contribuir para proteger esta pesquisa coletiva e está no processo de se tornar um membro candidato do PCCh.

A restauração do Lago Erhai é um exemplo concreto da transformação ecológica da China nos últimos anos, que visa corrigir os danos ambientais que vieram com a rápida expansão econômica enquanto estabelece um novo curso na transição para uma nova economia de energia. Nos últimos anos, o Presidente Xi Jinping tem enfatizado o conceito de “civilização ecológica” como um dos elementos-chave da modernização socialista da China e promovido “montanhas verdes e águas claras”, uma visão orientadora que vê a proteção do meio ambiente como uma fundação necessária para a prosperidade econômica e social, em vez de estar em conflito com ela. O Lago Erhai é um bom exemplo de como uma visão do governo central é traduzida em prática no nível da comunidade local, combinando investigação científica, mobilização liderada pelo Partido e democracia de base.



